

Demonstrações Financeiras
Anuais Completas

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Em 31 de dezembro de 2022
com Relatório dos Auditores Independentes

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Conteúdo

Relatório da Administração

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
financeiras**

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31
de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

(Valores em milhares de reais)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Este relatório deve ser analisado em conjunto com as demonstrações financeiras e seus anexos.

1.2 Mensagem do Diretor Presidente

Neste relatório estão materializadas muito mais do que as realizações da VIABAHIA no exercício de 2022. São resultados obtidos por pessoas que compõem um time resiliente e comprometido com o propósito maior desta organização em administrar as rodovias com responsabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do estado da Bahia, através da interação com pessoas e comunidades, com soma de valor para o desenvolvimento sustentável do Brasil, atendendo as expectativas dos nossos colaboradores, fornecedores, usuários e acionistas.

Somos mais de 600 colaboradores e, juntos, após passar por um longo período de pandemia, no último ano, conseguimos ampliar positivamente nossos indicadores na prestação de serviço aos milhares de usuários que trafegam diariamente por nossas rodovias e retomar projetos essenciais para a concessionária.

No âmbito operacional, registramos 0,4% de aumento no tráfego de veículos comparado ao exercício anterior, com queda de 1,1% no índice de acidentes e de 7,2% de ocorrências com vítimas fatais. Nossas equipes de inspeção percorreram 47,7 milhões de km durante o monitoramento das rodovias, prestaram mais de 478 mil atendimentos mecânicos e 65.700 atendimentos médicos aos usuários. Realizamos a aplicação de 8.000 toneladas de massa asfáltica, substituímos 13.403 m² de película refletiva, em 16.000 placas de sinalização e ainda executamos a pintura/revitalização de **1.672 Km** de faixa linear.

Esses dados reforçam a eficácia do Sistema de Gestão Integrada (SGI) adotado pela Companhia, com o objetivo de garantir a qualidade da infraestrutura e dos serviços prestados aos nossos usuários. Cabe destacar ainda a renovação das quatro 04 certificações internacionais ocorridas neste ano: ISO 9001, de Gestão da Qualidade; ISO 14001, de Gestão Ambiental; ISO 45001, de Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional; e ISO 39001, de Gestão de Segurança Viária. Nos orgulha o fato de que a VIABAHIA foi a primeira concessionária federal a conquistar a certificação em Segurança Viária. No ano de 2022, 82% do Estado Geral das Rodovias administradas pela VIABAHIA foram classificadas entre “regular” e “ótimo na Pesquisa CNT Rodovias.

Embora haja importantes desafios para a VIABAHIA no cenário econômico, a diligência no tratamento das diversas demandas junto aos stakeholders, a austeridade na gestão da concessionária e a otimização dos nossos recursos nos permitiram manter a realização dos investimentos em recuperação do pavimento, sinalização viária, iluminação, duplicação na rodovia e na capacitação de nossos talentos humanos.

Chegamos ao décimo terceiro ano de concessão certos do caminho que estamos trilhando e da nossa contribuição para o desenvolvimento do Estado da Bahia e para os 27 municípios conectados pelas rodovias que administramos. Em 2022, acumulamos R\$ 251 milhões em ISS repassados, cujos R\$ 22 milhões referem-se ao ano vigente. Em alguns casos, o repasse alcança até 80% da receita obtida pelos municípios.

Buscamos cumprir nosso papel social atuando proativamente na valorização do bem estar, saúde, cultura e capacitação das comunidades do entorno por meio de projetos que já impactaram positivamente mais de 25 mil pessoas, desde o início da concessão. Saúde no Trecho, Ser Voluntário e Via Profissionalizante são alguns dos principais projetos realizados pela Companhia.

Em relação aos desafios de caráter regulatório, no mês de agosto, tivemos mais uma decisão judicial favorável à VIABAHIA. Na ocasião, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça acatou por unanimidade os argumentos por nós apresentados, reconhecendo o desequilíbrio contratual que segue sendo um desafio.

Ainda sobre esse tema, seguimos avançando nas negociações e, no final do ano, iniciamos o processo da Revisão Quinquenal visando estabelecer um acordo com a Agência Reguladora e avançar na retomada imediata de investimentos para garantir o atendimento aos interesses públicos e às demandas essenciais para a mobilidade e segurança dos usuários.

Fechamos 2022 orgulhosos do caminho que percorremos e das conquistas que realizamos juntos. Agradecemos aos nossos acionistas pelo suporte, apoio e direcionamento em todos os momentos, a cada um de nossos colaboradores e prestadores de serviço.

Desejo a todos uma boa leitura.

1.3 Introdução

A VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A foi constituída em 11 de maio de 2009, após o Consórcio RODOBAHIA ter logrado êxito no leilão referente ao Edital nº 001/2008, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Como sociedade de propósito específico (SPE), a VIABAHIA tem como objetivo exclusivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário (descrito na tabela abaixo), pelo prazo de 25 anos, obtendo remuneração mediante cobrança de Tarifa de Pedágio e outras fontes de receitas de acordo com os termos definidos no Contrato de Concessão.

Rodovia	Referência de Início do Trecho Concedido	Referência de Fim do Trecho Concedido	Extensão
Rodovia Santos Dumont / BR-116/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	Divisa estadual BA/MG	554,1km
Rodovia Eng. Vasco Filho / BR-324/BA	Limite do Município de Salvador/BA	Limite do Município de Feira de Santana/BA	113,2km
BA-526	Entrada BR-324	Entrada BA-528	9,3km
BA-528	Entrada BA-526	Acesso à Base Naval de Aratu	4,0km

Os referidos trechos foram efetivamente concedidos a partir de 20 de outubro de 2009 mediante assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) transfere o sistema rodoviário e o inventário da rodovia à Concessionária.

Em 2015, iniciaram-se as negociações entre o Grupo Isolux Corsán, acionista majoritária da Companhia à época, e a PSP Investments, um dos maiores fundos de pensão do Canadá, pela aquisição do braço responsável pelo desenvolvimento e gestão de projetos de concessão rodoviária com presença geográfica em 5 países, ao qual a VIABAHIA pertencia. No mesmo ano, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovaram formalmente a transferência do controle acionário indireto na Companhia, fazendo com que os 80,8% pertencentes à Isolux fossem transferidas para o controle da PSP. Em 21 de janeiro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anuiu proposta de alteração societária, vindo a ser concretizada em 29 de abril de 2016, com a constituição da ROADIS Transportation, veículo de investimentos em ativos de concessão rodoviária e ferroviária, o qual é integralmente controlado pela PSP Investments.

No mês de abril de 2020, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações e outras avenças entre os grupos ROADIS e ENGEVIX, através do qual 100% do capital social da VIABAHIA passou a ser detido pelo Grupo ROADIS.

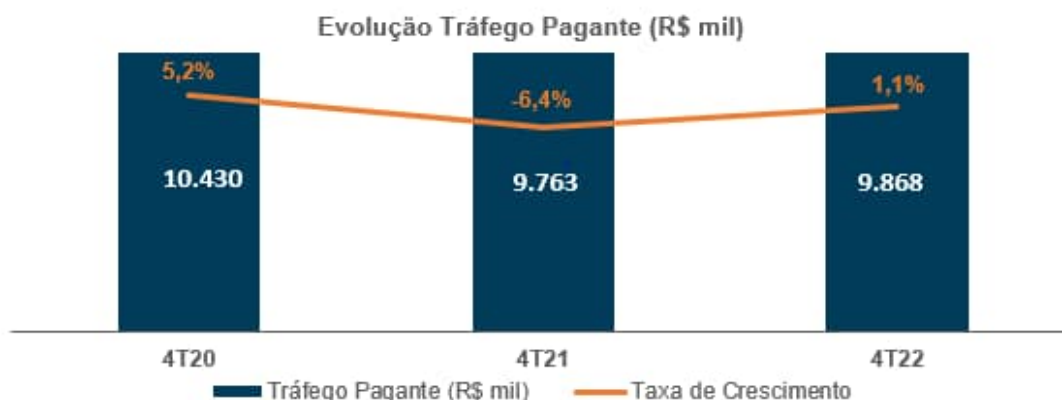
- Desde a chegada da ROADIS em 2016, já foram aportados R\$ 400 milhões e investidos R\$ 537 milhões.
- A gestão obteve redução de 21% dos acidentes fatais e 24% no total de acidentes.
- Concluíram-se as obras de duplicação de 75 km da BR-116 a ponte sobre o Rio Paraguaçu e o viaduto de Simões Filho

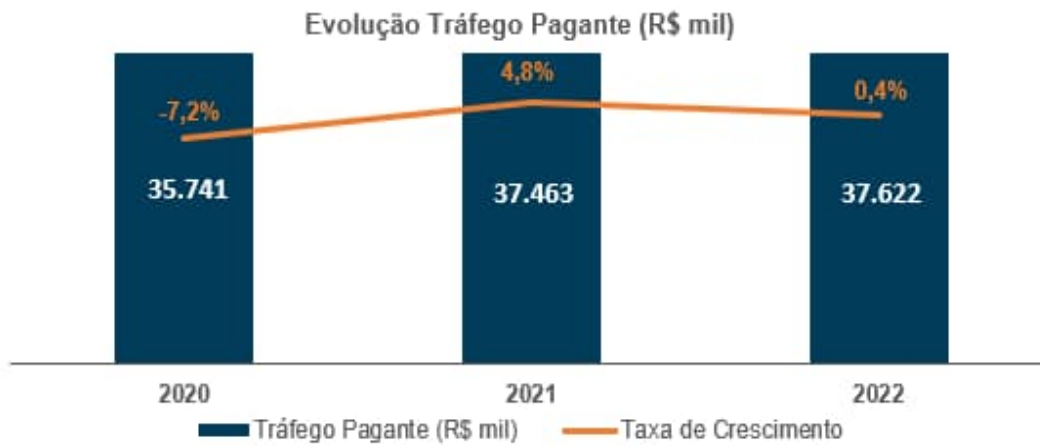
2. Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A são definidas pelo contrato de concessão, observando a variação do IPCA e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A Concessionária encerrou 2022 cobrando as tarifas de R\$ 3,20 e R\$ 5,50 respectivamente nas BR-324 e BR-116.

Foi publicada no Diário Oficial da União em 07 outubro de 2022, a Deliberação nº 290 da Diretoria Colegiada da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), de 6 de outubro de 2022, aumentando a tarifa de pedágio de R\$ 5,10 para R\$ 5,50, na BR 116 e de R\$ 2,90 para R\$ 3,20 na BR 324 o reajuste é consequência de efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 07 de dezembro de 2021.

Com relação ao volume de tráfego nas rodovias, a Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação do tráfego de veículos nas sete praças de pedágios nas rodovias que administra. No 4T22, registrou-se 9,8 milhões de veículos pagantes contra 9,7 milhões em comparação ao 4T21, uma melhora de 1,1% devido ao aumento de tráfego pesado da categoria 7, 8 e 9 impulsionado pela atividade econômica. Já para o ano 2022, registrou-se 37,6 milhões de veículos pagantes contra 37,4 milhões registrado em 2021, um aumento de 0,4% dos veículos pagantes.

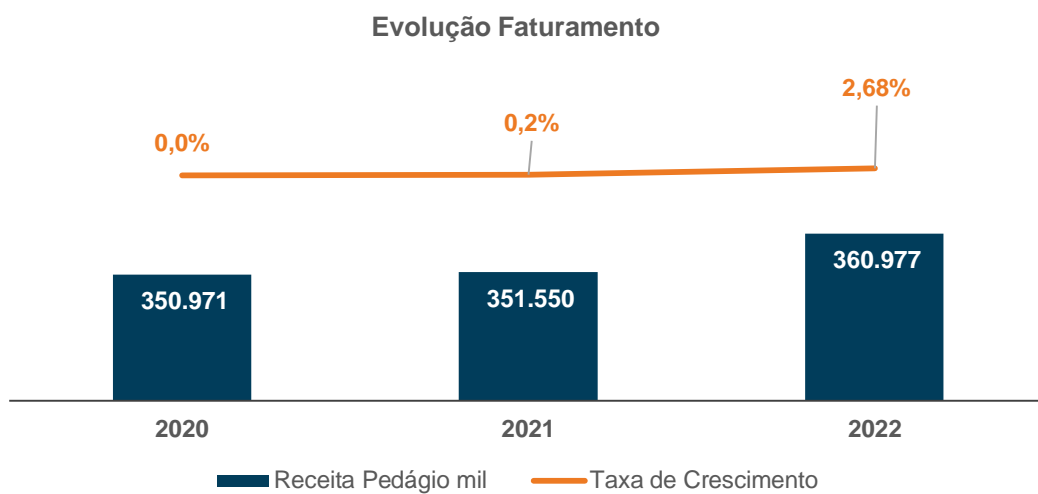




Composição Tráfego Pagante 2022



A arrecadação de pedágio em 2022 somou R\$ 360,9 milhões contra R\$ 351,5 de 2021 um aumento de 2,68%, decorrente do aumento da tarifa de pedágio e do tráfego pesado da categoria 7, 8 e 9.



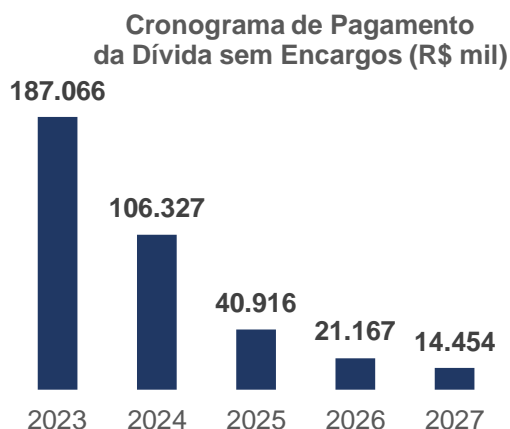
3. Investimentos

A Companhia encontra-se no 13º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até dezembro de 2022 foi de R\$ 2.099.120, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

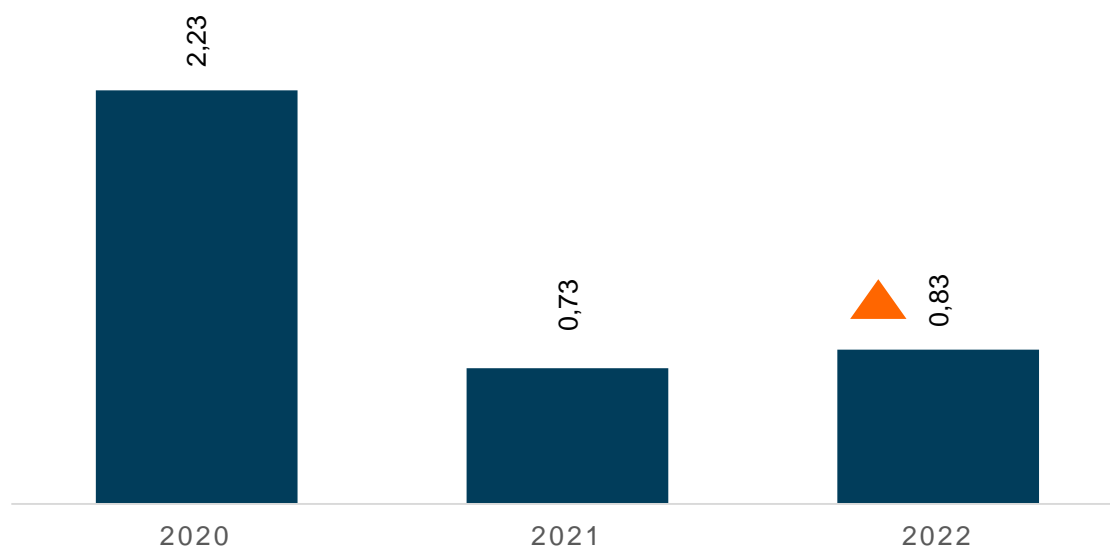
3.1 Captação de Recursos

A Administração da Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. Atual estrutura de financiamento pode ser demonstrada com os seguintes quadros abaixo:

Banco	Taxas de Juros	Saldo em Dez 2022
BNDES	TJLP + 2,16%	297.957
HAITONG	TJLP + 5,20%	27.102
Votorantim	TJLP + 5,55%	26.753
ABC Brasil	TJLP + 5,30%	18.119
Total Saldo Dívida Financeira		369.931



Índice de Cobertura do Serviço da Dívida



O indicador acima demonstra a capacidade de pagamento do financiamento contratado pela VIABAHIA. O índice em 2021 foi de 0,73x comparado a 0,83x de 2022. A melhora no indicador é decorrente do aumento das receitas operacionais.

A Administração mantém-se próxima ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para, no momento do reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, avançar com a revisão dos termos e condições do contrato de financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012, ajustando a liberação de recursos para a retomada de investimentos de grande porte.

Do montante total de R\$ 1.369,3 milhões, R\$ 847,2 milhões foram efetivamente desembolsados, dos quais 56,4% já foram amortizados. Destaca-se a suspensão temporária dos desembolsos em meados de 2016, desde quando nenhum recurso adicional foi levantado junto ao Banco.

4. Valor Adicionado

Em 2022, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 65,8 milhões, representando 16,4% da Receita Operacional Bruta, o que representa uma redução de 19,2% em relação ao valor adicionado líquido de 2021, equivalente a R\$ 81,5 milhões representado por 16,2% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

4.1 Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. No exercício de 2022, foi apurado prejuízo no montante de R\$ 70,3 milhões e não haverá distribuição de dividendos.

5. Planejamento Empresarial

A Administração dispenderá esforços e recursos na realização de intervenções necessárias a fim de oferecer mais segurança e conforto aos usuários das rodovias dentro da respectiva capacidade financeira atual. Simultaneamente, parte da atenção do time estará focalizada junto ao processo arbitral instaurado junto da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) frente à ANTT. O objetivo do processo arbitral é de aprimorar o contrato de concessão e reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, que quando reestabelecido permitirá intensificar a frequência e intensidade das intervenções, além da realização de outros investimentos solicitados pelos usuários e comunidades. A expectativa é que o processo arbitral seja concluído em 2024.

Busca-se constantemente incrementar o resultado operacional através da contínua busca por ganhos na eficiência operacional, fortemente relacionada com redução dos custos de operação e manutenção da rodovia.

5.1 Efeitos da Pandemia do Covid-16

COVID-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 114 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O impacto da doença se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumento de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de funcionários, força de trabalho insuficiente e desafios referentes a importação e exportação de produtos.

A Administração da Companhia continua monitorando a pandemia da COVID-19 e atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira e garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e a segurança de todos nossos colaboradores e usuários do trecho sob concessão da Viabahia.

A pandemia de COVID-19, foi reconhecida como evento de força maior pela ANTT, e confere à VIABAHIA o direito de pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, tendo em vista que, conforme cláusula do Contrato, este risco é alocado ao Poder Concedente.

5.2 Gestão pela Qualidade Total

Atualmente, a VIABAHIA acumula 04 certificações internacionais: ISO 9001, de Gestão da Qualidade; ISO 14001, de Gestão Ambiental; ISO 45001, de Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional; e ISO 39001, de Gestão de Segurança Viária – todas renovadas em 2022.

A Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI), com o objetivo de garantir a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência, no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto que atendam aos interesses das partes relacionadas.

6. Recursos Humanos

A Gestão de Talentos Humanos tem como premissa desenvolver e promover o desempenho eficiente do seu quadro de colaboradores, de modo que através da nossa empresa, às pessoas alcancem os seus objetivos individuais, relacionados direta ou indiretamente com o trabalho. O desejo é que os colaboradores estejam realizados e satisfeitos no desenvolvimento das respectivas atividades, ao mesmo tempo que almejem evolução e crescimento profissional na organização, buscando o alinhamento de futuro de cada integrante ao futuro da empresa. Os principais valores são o respeito, a valorização e o reconhecimento das pessoas, assegurando a produtividade em níveis crescentes, mantendo um ambiente de trabalho que valorize a competência e estimule o autodesenvolvimento, atendendo os anseios do colaborador quanto à segurança e a preservação da saúde no ambiente de trabalho. As pessoas são vistas como elementos importantes e estratégicos para a manutenção e crescimento da organização, nos quais investe-se na retenção dos talentos, pautando-se por princípios éticos e legais.

A Companhia trabalha continua e ativamente no desenvolvimento dos seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2022, ocorreram diversos treinamentos, conforme quantitativos abaixo:

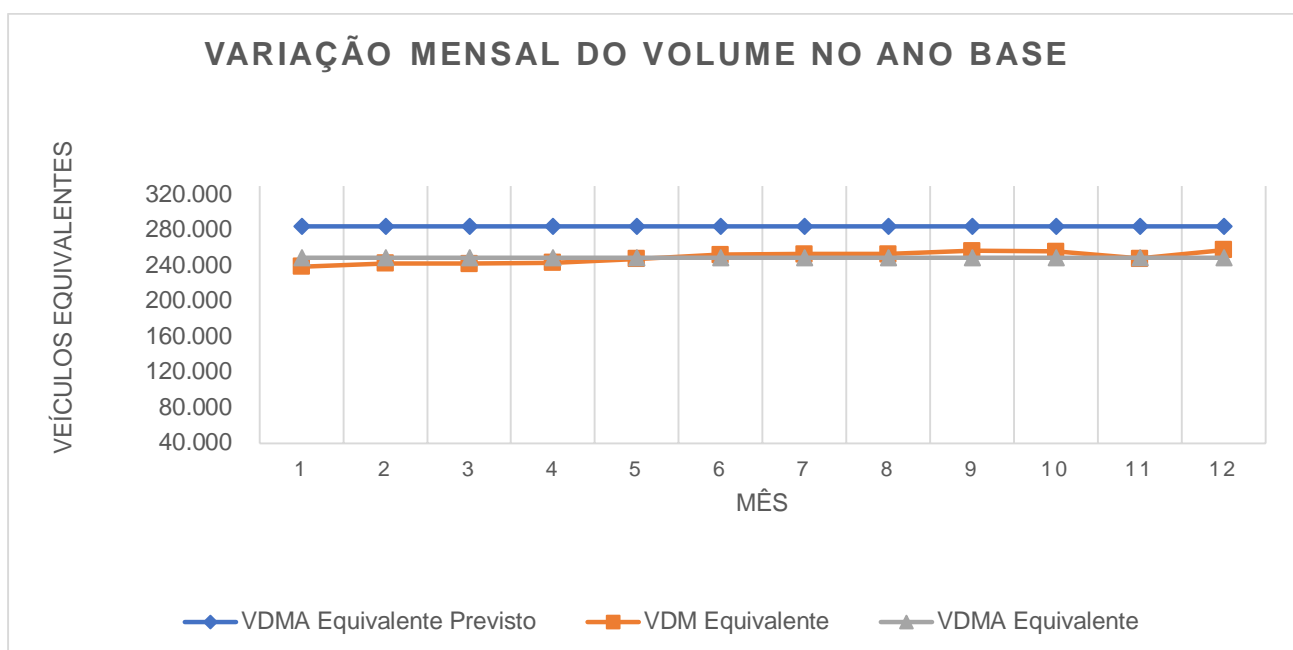
Treinamentos em Números	2020	2021	2022
Turmas	81	23	82
Horas de Treinamento	2.175	3.512	1.670
Participações	266	317	505
Horas Por Trabalhador	8,18	11,08	3,31

7. Indicadores Operacionais

Como já informado a Companhia utiliza o Sistema de Gestão Integrado (SGI), com o objetivo de garantir o compromisso da concessionária com a qualidade da infraestrutura e dos serviços, buscando ser referência, no gerenciamento rodoviário do Nordeste, através da modernização das rodovias sob sua concessão, proteção do meio ambiente, adoção de padrões de qualidade, segurança e conforto aos usuários. Destacamos que ao longo dos trechos concessionados, existem quinze bases de Serviço de Atendimento ao Usuários (SAUs), equipadas com banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais, de onde o usuário pode solicitar atendimento médico e mecânico de emergência havendo necessidade. Nosso time de operações permanece disponível 24 horas por dia para prestar todo tipo de apoio operacional que o usuário venha a necessitar, contando com a mais completa lista de equipamentos, que contam com guinchos leves, guinchos pesados, unidades de atendimento pré-hospitalar, unidades de apoio paramédico, caminhões de combate a incêndio, veículos especiais para captura que prestam apoio na remoção de animais ao longo de toda a rodovia.

7.1 Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2022, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto no Plano de Negócio.



7.2 Segurança no Trânsito

No exercício de 2022, foram registrados 2.823, acidentes ao longo da rodovia, uma redução de 1,1% em relação ao ano de 2021. Em relação aos acidentes com vítimas fatais foram registrados 89, houve uma redução de 7,2% em relação ao ano de 2021, conforme dados abaixo:

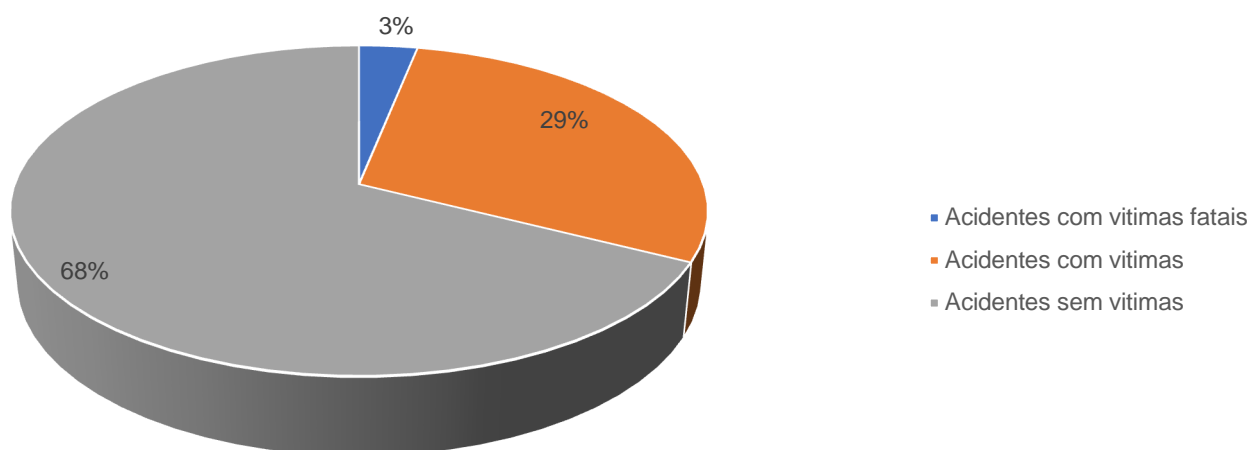
Gravidade de Acidentes	2021	2022
Acidentes com vítimas fatais	96	89
Acidentes com vítimas	791	827
Acidentes sem vítimas	1.970	1.907
Total de Acidentes	2.857	2.823

Importante realçar a continua redução da taxa de sinistralidade, que apresentou em 2022 uma redução de 1,93% face a 2021.

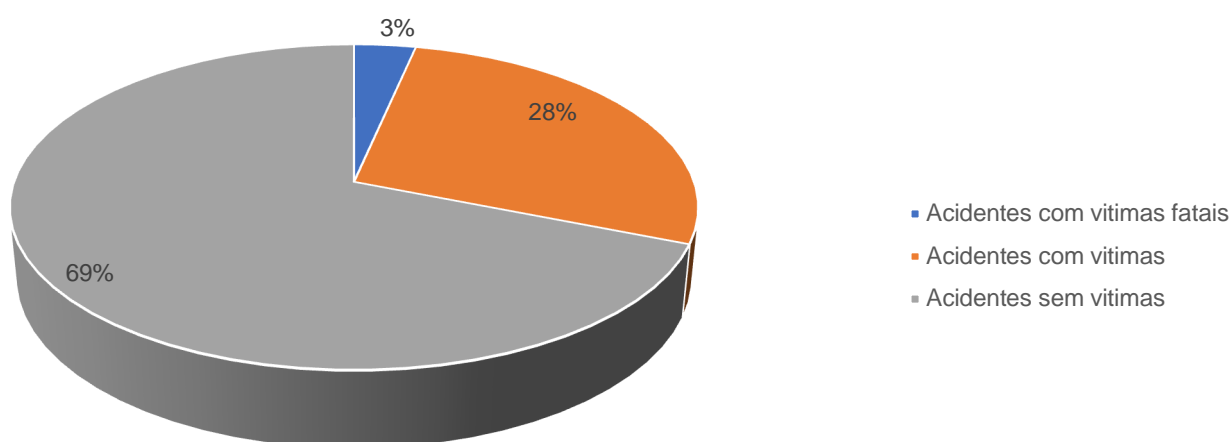
Quantidade (VDM)	2021	2022
Veículos Leves	22.754.040	23.178.354
Veículos Pesados	15.208.643	15.038.688
Motos	778.675	817.483
Total de Veículos	38.741.358	39.034.525

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidades de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

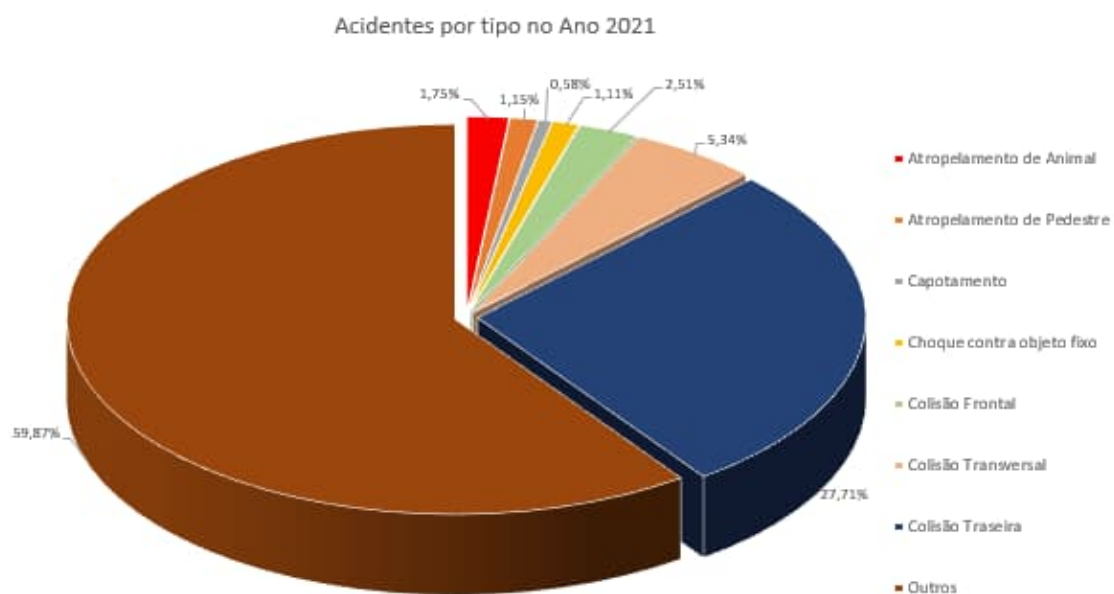
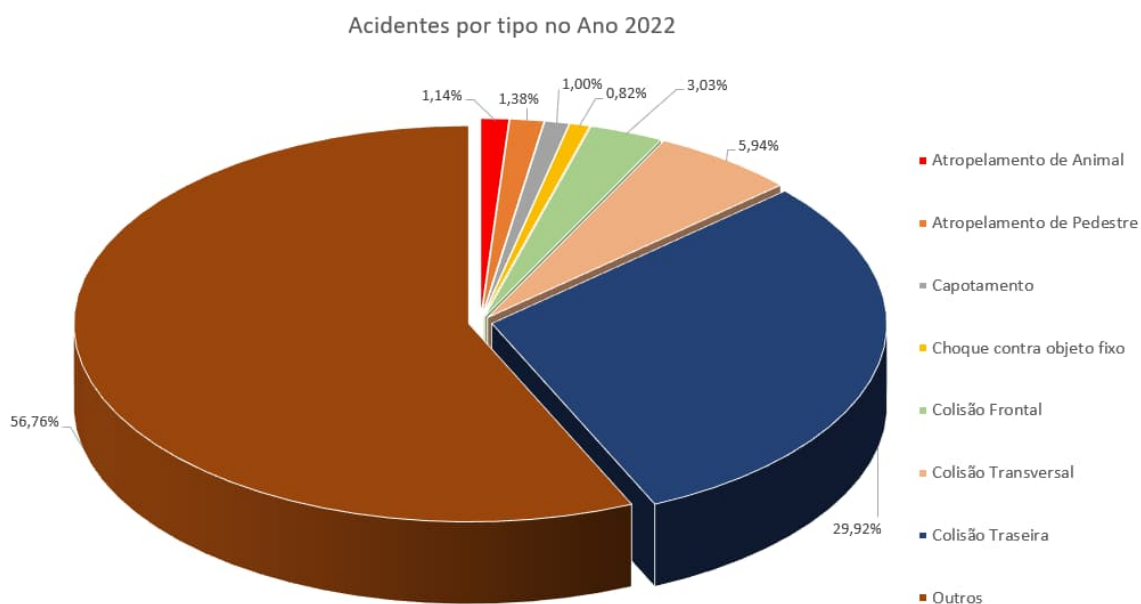
Percentual de acidentes por gravidade no Ano 2022



Percentual de acidentes por gravidade no Ano 2021



A figura abaixo apresenta o valor do percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



8. Dados da Operação da Concessão

8.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Veículos alocados na concessão

Tipo de Veículos	Quantidade	Qtde/100km
Guincho Leve	12	1,76
Guincho Pesado	5	0,73
Veículo de Combate Incêndio	3	0,44
Veículo de Captura de Animal	3	0,44
Ambulância	15	2,20
Viatura de Inspeção de Tráfego	25	3,67
Total de Veículos Operacionais	63	9,26
Segurança do Trabalho	3	0,44
Faixa de Domínio	5	0,73
Administração	24	3,53
Pedágio	3	0,44
Manutenção	13	1,91
Caminhão	2	0,29
Conservação	12	1,76
Total de Veículos de Apoio	62	9,11
Total de Veículos	125	18,37

9. Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Empregados alocados na Concessão

Empregados por função	Quantidade	Qtde/100km
Médico *	7	0,58
Enfermeiro *	4	0,33
Resgatista *	126	10,45
Guincho Leve *	44	3,65
Guincho Pesado *	19	1,58
Veículo Combate Incêndio*	12	1,00
Captura de Animal *	12	1,00
Controlador Tráfego	12	1,00
Inspetor de Tráfego	43	3,57
Assistente Tráfego	1	0,08
Supervisor de Tráfego	1	0,08
Gerencia de operações	2	0,17
Analista de operações	2	0,17
Técnico Operacional	27	2,24
Auxiliar CCO	20	1,66
Operador CCO	9	0,75
Coordenador CCO	1	0,08
Supervisor Fx Dominio	1	0,08
Coordenador FX Dominio	1	0,08
Analista Fx Dominio	1	0,08
Auxiliar FX Dominio	4	0,33
Conservação	22	1,83
Total de Pessoal Operacional	371	30,78
Coordenador de Pedágio	3	0,25
Controlador de Pedágio	27	2,24
Arrecadador	310	25,72
Assistente de Pedágio	1	0,08
Total de Pessoal Pedágio	341	28,29
Total de Pessoal	712	59,06

* Funcionários Terceirizados

10. Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados. Individualizar por natureza de receita.

10.1 Receitas em (R\$ milhares)

	Em 2022	Acumulado
Receita de Pedágio	360.977	3.399.177
Receita Extraordinária	5.301	31.433
Receita de Construção	33.413	2.177.587
	399.691	5.608.197

10.2 Investimentos em (R\$ milhares)

	Em 2022	Acumulado
Recuperação da Rodovia	26.068	1.141.663
Operação da Rodovia	2.436	124.701
Ampliação da Rodovia	4.254	832.756
	32.758	2.099.120

10.3 Custos Operacionais (R\$ milhares)

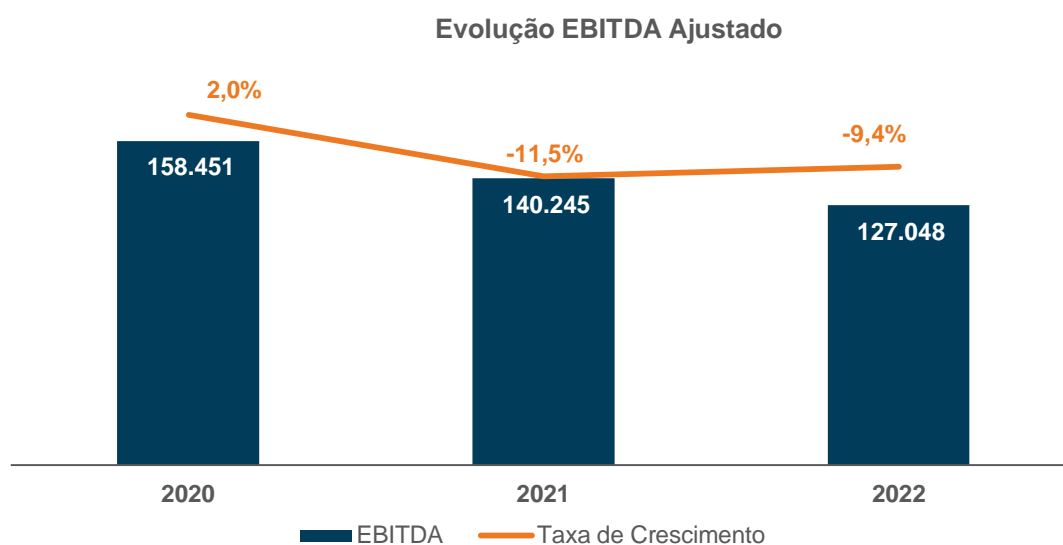
	Em 2022	Acumulado
Conservação da Rodovia	52.083	385.542
Provisão para Manutenção	6.932	16.282
Operação da Rodovia	90.819	812.699
Monitoração da Rodovia	1.158	12.823
Custo de Construção	32.758	2.099.120
Depreciação e amortização	151.273	1.042.524
	335.023	4.368.990

10.4 Desempenho Econômico-Financeiro

Demonstrativo de Resultado (R\$ mil)	2020	2021	2022	Var% 22/21
Receita Operacional Bruta Incluindo a Receita de Construção (IFRS)	409.909	502.747	399.691	-20,50%
Receita Operacional Bruta excluindo a Receita de Construção (IFRS)	354.104	354.983	366.278	3,18%
- Receitas com Pedágio	350.971	351.550	360.977	2,68%
- Receitas Acessórias	3.133	3.433	5.301	54,41%
- Receita de Construção (IFRS)	55.805	147.764	33.413	-77,39%
Tributos sobre serviços da Operação	(30.677)	(30.949)	(31.713)	2,47%
Receita Operacional Líquida excluindo a Receita de Construção (IFRS)	323.427	324.034	334.565	3,25%
(+) Receita de Construção (IFRS)	55.805	147.764	33.413	-77,39%
Receita Operacional Líquida incluindo a Receita de Construção (IFRS)	379.232	471.798	367.978	-22,01%
Custos Operacionais	(315.918)	(425.085)	(335.023)	-21,19%
- Custos de Manutenção	(47.273)	(50.542)	(52.083)	3,05%
- Provisão de Manutenção	(4.546)	(2.131)	(6.932)	>100%
- Custos de Operação	(73.291)	(81.663)	(90.819)	11,21%
- Custos de Monitoração	(603)	(644)	(1.158)	79,81%
- Custo de Construção (IFRS)	(54.711)	(144.866)	(32.758)	-77,39%
- Depreciação e Amortização	(135.494)	(145.239)	(151.273)	4,15%
Lucro Bruto	63.314	46.713	32.955	-29,45%
- Despesas Administrativas e Outras	(43.000)	(51.767)	(56.754)	9,63%
- Depreciação e Amortização	(1.195)	(1.042)	(1.000)	-4,03%
EBIT	19.119	(6.096)	(24.799)	>100%
(+) Depreciação e Amortização	136.689	146.281	152.273	4,10%
EBITDA	155.808	140.185	127.474	-9,07%
Ajustes	2.643	60	(426)	<-100%%
- Receita de Construção (IFRS)	(55.805)	(147.764)	(33.413)	-77,39%
- Custo de Construção (IFRS)	54.711	144.866	32.758	-77,39%
- Provisão de Manutenção	4.546	2.131	6.932	>100%
- Provisão Contingências	(809)	827	(6.703)	<-100%
Valor EBITDA ajustado	158.451	140.245	127.048	-9,41%
<i>Margem do EBITDA ajustado</i>	<i>49,0%</i>	<i>43,3%</i>	<i>38,0%</i>	<i>-12,26%</i>
Resultado Financeiro Líquido	(79.226)	(65.857)	(65.809)	-0,07%
Prejuízo Antes do IR e CS	(60.107)	(71.953)	(90.608)	25,93%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido e Corrente	22.999	21.056	20.262	-3,77%
Prejuízo do exercício	(37.108)	(50.897)	(70.346)	38,21%

- I. 2,6 % de aumento da Receita Bruta de Pedágio no ano 2022 comparada ao montante registrado em 2021, decorrente do aumento da receita de pedágio.
- II. Custos e despesas apresentam um aumento de 11,2% frente aos valores de 2021, impactado principalmente por maior gasto na operação e manutenção do pavimento.

- III. Com a conclusão do processo que visa reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, seguida pela retomada de investimentos de maior magnitude, será possível otimizar os gastos com recuperação de pavimento num fator de 35% a 45%.
- IV. Resultado operacional acumulado em 2022 inferior em 9,4% frente aos valores de 2021, impactado pelo maior gasto na operação e manutenção nas rodovias.
- V. Resultado financeiro dentro do esperado, considerando-se despesas financeiras R\$ 71,1 milhões, derivada do financiamento do ativo, descontando-se R\$ 5,3 milhões de juros recebidos de aplicação financeiras.



Informações de Balanço (R\$ mil)	2020	2021	2022
a. Patrimônio Líquido	586.877	640.778	659.325
b. Ativo Total	2.151.182	2.071.323	1.949.311
c. Número de ações	635.121	635.121	828.812
d. Valor patrimonial da ação	0,92	1,01	0,80
e. Média ponderada de ações	635.121	635.121	828.812
f. Resultado líquido por ação (média ponderada)	(0,06)	(0,07)	(0,08)

10.5 ISS Repassados em (R\$ milhares)

Além de melhorar as condições das rodovias sob sua administração, a VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A. também contribui para o desenvolvimento dos municípios que margeiam as rodovias BR-324 – rodovia Eng. Vasco Filho e BR-116 – rodovia Santos Dumont.

Desde o início da concessão, foram repassados mais de R\$ 251 milhões em Imposto Sobre Serviço (ISS). A destinação dos recursos é de responsabilidade de cada administração local, que pode ser aplicado em saúde, educação ou segurança pública.

A tabela mostra o valor do ISS (próprios e de terceiros) repassados para os 27 municípios no ano base.

Município	Em 2022	Acumulado
Amélia Rodrigues	1.167	13.112
Antônio Cardoso	319	5.588
Boa Nova	428	4.886
Brejões	614	4.952
Candeias	800	9.459
Cândido Sales	710	7.066
Conceição do Jacuípe	184	1.889
Encruzilhada	603	6.217
Feira de Santana	2.182	26.460
Irajuba	564	5.992
Itatim	829	7.409
Jaguaquara	1.045	11.943
Jequié	1.337	15.267
Lafaiete Coutinho	54	362
Manoel Vitorino	543	5.721
Milagres	470	4.348
Nova Itarana	643	6.367
Planalto	597	6.450
Poções	665	7.069
Rafael Jambeiro	599	7.149
Salvador	1.244	16.878
Santa Terezinha	484	4.820
Santo Amaro	165	1.928
Santo Estevão	737	12.264
São Sebastião do Passé	820	8.968
Simões Filho	1.088	16.787
Vitória da Conquista	3.228	31.669
TOTAL	22.120	251.019

10.6 Tarifa de Pedágio

A tabela a seguir apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Período: dezembro 2022

Categoria	Tipo de Veículo	BR-116	BR-324
1	01 – Automóvel, caminhonete e furgão	R\$ 5,50	R\$ 3,20
2	02 – Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão com rodagem dupla	R\$ 11,00	R\$ 6,40
3	03 – Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus	R\$ 16,50	R\$ 9,60
4	04 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 22,00	R\$ 12,80
5	05 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 27,50	R\$ 16,00
6	06 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 33,00	R\$ 19,20
7	07 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 38,50	R\$ 22,40
8	08 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 44,00	R\$ 25,60
9	09 – Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	R\$ 49,50	R\$ 28,80
10	10 – Automóvel com semirreboque e caminhonete com semirreboque	R\$ 8,25	R\$ 4,80
11	11 – Automóvel com reboque e caminhonete com reboque	R\$ 11,00	R\$ 6,40
12	12 – Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	R\$ 2,75	R\$ 1,60

11. Concessionária em números

Dados anuais 2021	Descrição	U.M
Quilômetros de rodovia	680,6	Km
Número de veículos que transitaram		
+ Veículos Leves	23.178.354	Unid.
+ Veículos Pesados	15.038.688	Unid.
+ Motos	817.483	Unid.
Números de Praças de Pedágios	7	Unid.
Tarifa	Vide item 10.5	
Número de quilômetros mantidos	680,6	Km
Índice de congestionamento	Por velocidade média dos veículos	
Trânsito Médio Diário Equivalente	106.920	Unid.
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	106.920	Unid.
Equipes utilizadas pelo concessionário	Vide item 9.0	
Índices de qualidade de estrada	Valor de Resistencia a Derrapagem (VRD)	
	Deflexão Características (DC)	
	Flecha na Trilha de roda	
	Índice de Condição de Pavimento (ICP)	
	Índice de Gravidade Global (IGG)	
	Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI)	
	Índice de Retrorrefletância	
	Macrotextura	
Trincamento (TR)		
Receita de Pedágio e acessória	366	Milhões
Custos associados às receitas de pedágio	184	Milhões
Fator Trabalho		
Número de trabalhadores	595	Pessoas
Despesa com Pessoal		
+ Ordenados e Salários	37	Milhões
+ Encargos Sociais	8	Milhões
Fator Capital		
Despesas de Depreciação	152	Milhões
Ativo Líquido	1.744	Milhões
Ativo Bruto	2.782	Milhões
Investimentos	33	Milhões
Fatores Intermediários		
Despesa Administrativas	57	Milhões
Despesas em Conservação Manutenção	59	Milhões
Outras Despesas	-	Milhões
Seguridade		
Quantidade de Acidentes	Vide item 7.1.2	
Indicadores		
Receita por km	538	Mil
Custo por km	270	Mil

12. Balanço Social

VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A

BALANÇO SOCIAL 2022

(Em milhares de reais)

1) BASE DE CÁLCULO	2022	2021
1.1 Receita Operacional Líquida (ROL)	367.978	471.798
1.2 Resultado Operacional (RO)	32.955	46.713
1.3 Folha de Pagamento Bruto (FPB)	26.912	27.461

2) INDICADORES SOCIAL INTERNOS	VALOR (R\$)	% FPB	% ROL	VALOR (R\$)	% FPB	% RL
2.1 Alimentação	3.394	12,61%	0,92%	3.460	12,60%	0,73%
2.2 Encargos Sociais	8.270	30,73%	2,25%	8.243	30,02%	1,75%
2.3 Saúde	3.697	13,74%	1,00%	3.573	13,01%	0,76%
2.4 Segurança e medicina do trabalho	145	0,54%	0,04%	162	0,59%	0,03%
2.5 Educação e Desenvolvimento Profissional	312	1,16%	0,08%	155	0,57%	0,03%
2.6 Outros benefícios	2.866	10,65%	0,78%	1.904	6,93%	0,40%
Total de Indicadores sociais internos	18.685	69,43%	5,07%	17.497	63,72%	3,70%

3) INDICADORES SOCIAL EXTERNOS	VALOR (R\$)	% FPB	% ROL	VALOR (R\$)	% FPB	% RL
3.1 Educação	105	0,39%	0,03%	10	0,04%	0,00%
3.2 Saúde e saneamento	223	0,83%	0,06%	121	0,44%	0,03%
3.3 Outros	98	0,37%	0,03%	135	0,49%	0,03%
3.4 Tributos (excluídos encargos sociais)	15.722	58,42%	4,27%	14.161	51,57%	3,00%
Total de Indicadores sociais externos	16.148	60,01%	4,39%	14.427	52,54%	3,06%

4) INDICADORES AMBIENTAIS	VALOR (R\$)	% FPB	% ROL	VALOR (R\$)	% FPB	% RL
4.1 Investimentos relacionados com a operação da Concessionária	18	0,07%	0,00%	33	0,12%	0,01%
Total de Investimentos em meio ambiente	18	0,07%	0,00%	33	0,12%	0,01%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar e eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	(X) Não Possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50% a 75% () Cumpre de 75% a 100%		(X) Não Possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50% a 75% () Cumpre de 75% a 100%			

5) INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2022	2021
5.1. Nº de funcionários ao final do período	595	618
Tempo de serviço	7,90% até seis meses 16,30% de seis meses a um ano 8,24% entre um e dois anos 17,31% entre dois e cinco anos 50,25 % mais de cinco anos	6,80% até seis meses 8,41% de seis meses a um ano 9,87% entre um e dois anos 20,06% entre dois e cinco anos 54,85 % mais de cinco anos
5.2 Nº de admissões durante o período	104	101
5.3 Nº de demissões durante o período	127	73
5.4 Nº de colaboradores terceirizados	660	909
5.5 Nº de estagiários	4	6
5.6 Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	90	90
5.7 Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	438	463
5.8 Nº de colaboradores acima de 45 anos	67	65
5.9 Nº de mulheres que trabalham na concessionária	279	270
5.10 % de chefia ocupados por mulheres	26,67%	33,72%
5.11 Nº de negros que trabalham na concessionária	84	95
5.12 % de cargos de chefia ocupados por negros	19,05%	20,93%
5.13 Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	14	18
5.14 Total de horas extras pagas	1.075	739
5.15 Total de INSS pagos	6.533	6.520
5.16 Total de FGTS Pagos	1.737	1.722
5.17 Total de IR recolhido no período	-14.899	-15.483
5.18 Total de CSLL recolhido no período	-5.364	-5.574
5.19 Total de PIS recolhido no período	2.385	2.352
5.20 Total de COFINS recolhido no período	11.008	10.853
5.21 Total de outros tributos recolhidos no período	22.689	22.162

6) INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2022	2021
6.1 Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	32,22	32,32
6.2 Número total de Acidentes de trabalho	2	1
6.3 Ações de Relevante de Interesse Social	4	4
6.4 Projetos sociais e ambientais são definidos por	(X) Direção () Empregado(as) () Beneficiários () Direção, Empregado(as), Beneficiários	(X) Direção () Empregado(as) () Beneficiários () Direção, Empregado(as), Beneficiários
6.5 Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() Direção (X) Direção e Gerências () Todos os colaboradores	() Direção (X) Direção e Gerências () Todos os colaboradores
6.6 Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária	(X) Todos + CIPA () Não se envolve () Segue as normas da OIT () Incentiva as normas da OIT	(X) Todos + CIPA () Não se envolve () Segue as normas da OIT () Incentiva as normas da OIT
6.7 Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() Não são considerados () São sugeridos (X) São exigidos	() Não são considerados () São sugeridos (X) São exigidos
6.8 Na participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa	() Não se envolve (X) Apoia () Organiza e incentiva	() Não se envolve (X) Apoia () Organiza e incentiva
6.9 Valor adicionado total a distribuir (Valor milhares reais R\$)	65.873	81.548
6.10 Distribuição do Valor Adicionado (%)	33,78% Governo -106,79% Acionistas 113,1% Terceiros 59,30% Retido	25,36% Governo -62,41% Acionistas 89,92% Terceiros 47,13% Retido

13. Sustentabilidade

A missão da VIABAHIA é de administrar as rodovias com responsabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do estado da Bahia, através da interação com pessoas e comunidades, com soma de valor para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Queremos fazer parte da transição para um mundo empresarial mais sustentável e aproveitar as oportunidades de negócio que a gestão de aspectos ESG pode gerar, bem como as que possam surgir no mercado e estamos comprometidos em alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.

Para que nossas iniciativas contribuam para o cumprimento da Agenda 2030, alinhamos nosso Plano de Sustentabilidade, que é apoiado em cinco vetores (cultura responsável; boa governança e cumprimento regulatório; profissionais comprometidos; cuidado com o meio ambiente e desenvolvimento das comunidades), com o ODS.

Com o avanço da vacinação e a redução dos casos de COVID-19, a VIABAHIA ajustou seus protocolos de saúde, incentivando as medidas abaixo descritas:

- Garantir vacinação completa com os devidos reforços;
- Em casos de sintomas sugestivos de COVID, procurar atendimento médico de imediato, podendo fazer uso do serviço de teleatendimento;
- Manutenção do estímulo a higienização frequente das mãos e distribuição de álcool em gel.

13.1. Desempenho Socioambiental

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

- Cinema Rodoviário

Durante o feriadão da Semana Santa aconteceu, na BR-324, o Cinema Rodoviário, uma atividade de conscientização sobre as boas práticas no trânsito. A ação que foi uma iniciativa da Polícia Rodoviária Federal (PRF), e contou com apoio da VIABAHIA, aconteceu na praça de pedágio 01, em Simões Filho, que é uma das principais saídas para os condutores que pegaram a estrada para aproveitar o feriado com a família.

- Maio Amarelo

Pensando no bem-estar e na saúde dos usuários das rodovias, a VIABAHIA realizou uma blitz de saúde dentro de uma ação educativa do maio Amarelo. Essa foi mais uma parceria entre a concessionária e o município de Santo Estêvão. Cerca de 50 pessoas que passaram pela Avenida Getúlio Vargas, no dia 27 de maio tiveram a oportunidade de receber atendimento básico de saúde. Elas puderam aferir a pressão, glicemia, entre outras avaliações clínicas. Em conjunto com a ação da concessionária, aconteceu uma blitz educativa desenvolvida pela prefeitura de Santo Estêvão. A ideia foi sensibilizar motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres para a importância de um trânsito mais seguro.

- Semana Nacional de Trânsito

Nos dias 18 a 25 de setembro acontece a Semana Nacional do Trânsito, este ano, a VIABAHIA apresenta a campanha “Respeito no trânsito é a nossa via”, que busca apontar a direção para um ambiente de conscientização no trânsito.

Durante esse período, anualmente, ações em todo o país são realizadas pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito com o objetivo de conscientizar todos os envolvidos, sejam eles motoristas, passageiros, motociclistas, ciclistas ou pedestres.

Ao logo da campanha, a VIABAHIA divulgou mensagens educativas em suas redes sociais e nas praças de pedágio. Além disso, no dia 23 (sexta-feira), a equipe da concessionária participou da ação Saúde na BR, uma iniciativa em parceria com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O Saúde na BR deve prestou atendimentos a cerca de 200 caminhoneiros que passam pela BR-116. O motorista que participou da ação, recebeu assistência de saúde em diversas especialidades como nutrição, fisioterapia, medicina clínica, odontologia, entre outras.

- Via Profissionalizante

No período de outubro a dezembro, foi formada a primeira turma do projeto VIA Profissionalizante, uma iniciativa da VIABAHIA exclusiva para 31 mulheres, moradoras do município de Amélia Rodrigues, que formaram a primeira turma do curso de assistente administrativo. A primeira turma do VIA Profissionalizante foi ofertada exclusivamente para mulheres, a Concessionária incentiva o empoderamento destas, capacitando-as e oferecendo oportunidades no mercado de trabalho. O Via Profissionalizante que tem o objetivo de formar banco de talentos e cadastro de reserva para futuras contratações da concessionária. Para a formação do grupo, as alunas participaram de processo seletivo, com etapas desde a inscrição, análise técnica de currículo, prova e entrevista técnica. A formatura da turma ocorreu no mês de janeiro/2023.

MEIO AMBIENTE

A VIABAHIA esteve na zona rural dos municípios de Manoel Vitorino e Boa Nova, promovendo mais uma de suas ações socioambientais, nos dias 22 e 23 de setembro de 2022, em comemoração ao Dia da Árvore (21/09) e Dia da Fauna (22/09). Durante a ação, que contou com a participação de 170 pessoas, incluindo, em sua maioria, crianças na faixa etária de 3 a 10 anos de idade, foi ressaltado o papel socioambiental que a VIABAHIA vem exercendo ao longo de municípios lindeiros às rodovias sob sua concessão, e foram realizadas uma série de atividades com o objetivo de conscientizar as crianças sobre a importância de componentes da biodiversidade, especialmente a flora e fauna, tanto para o equilíbrio dos diferentes ecossistemas, quanto para a manutenção de várias atividades humanas.

SAÚDE

- Saúde no trecho

Através de uma estratégia colaborativa, a VIABAHIA e a VITALMED, o Projeto Saúde no Trecho durante ano de 2022, atendeu mais de 360 pessoas em 17 municípios baianos. A AÇÃO contou com o apoio das prefeituras e secretarias municipais de saúde, oferecendo um profissional médico e equipe de enfermagem que realizaram consulta clínica, requisição de exames, aferição da pressão arterial e teste rápido de glicemia capilar. Devido ao avanço da população vacinada e da redução nos casos de Covid-19 registrados no país, não foram realizados os testes rápidos para detecção do novo coronavírus, porém, alguns protocolos em biossegurança foram mantidos, tais como a obrigatoriedade do uso da máscara durante todo o atendimento, distanciamento social e a disponibilização de álcool em gel.

PROGRAMA SER VOLUNTÁRIO

Em janeiro, visando minimizar os impactos causados a mais de 450 famílias no município de Milagres, centro-sul baiano, que foram atingidas pelas fortes chuvas, a VIABAHIA enviou, neste mês de janeiro, à cidade alimentos não perecíveis, roupas e água. Os donativos foram arrecadados por meio de uma campanha organizada pela concessionária no final de 2021, momento em que as chuvas deixaram mais de 170 municípios baianos em estado de emergência. Somente no município de Milagres, cerca de 150 famílias foram atingidas diretamente e outras 300 de forma indireta. Ao todo, foram entregues quase 100 cestas básicas, peças de roupas, sapatos, cobertores e água. Durante a campanha, a VIABAHIA contou com a solidariedade dos seus usuários, que puderam fazer as doações em cada uma das sete praças de pedágio, que ficam ao longo da BR-324 e BR-116.

Em setembro, com o apoio de toda equipe, a VIABAHIA conseguiu arrecadar aproximadamente 100 kg de lacres de alumínio que foram vendidos e revertidos em duas cadeiras de rodas. Esses equipamentos foram doados ao NASPEC – Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer. Além do benefício social, é importante ressaltar que a reciclagem e reprocessamento dos lacres de alumínio também possui grande relevância do ponto de vista socioambiental, contribuindo com o funcionamento de cooperativas de reciclagem que possuem equipes que se dedicam a este trabalho, além de retirar da natureza, materiais que levariam anos para se decompor. Representantes da VIABAHIA foram até o NASPEC, local que apoia adolescentes, adultos e idosos carentes com câncer, vindos de diversas cidades da Bahia, além de fornecer orientação e apoio logístico, com foco nos cuidados paliativos para estes pacientes oncológicos para realizar a entrega das cadeiras de rodas.

Em dezembro, a solidariedade se fez presente, entre os dias 21/12 e 28/12, através da campanha NA VIA CONTRA A FOME. A ação que se iniciou no dia 28/11 contou com a participação dos colaboradores da empresa que abraçaram a causa e contribuíram, nos pontos de coleta disponibilizados nas unidades, com alimentos para serem entregues às comunidades e/ou instituições carentes. Os itens arrecadados, que totalizaram em aproximadamente 1,2 toneladas de alimentos, foram entregues a associações localizadas em municípios distribuídos ao longo da rodovia, como Salvador, Amélia Rodrigues, Santo Estevão e Cândido Sales. Com objetivo de promover uma melhor qualidade de vida, bem-estar e desenvolvimento, essas entidades desenvolvem um trabalho de proteção e atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03, a Companhia informa que, no exercício findo em 31.12.2022 não contratou os seus auditores para outros serviços, fora aqueles relacionados à própria auditoria contábil. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

As informações financeiras da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A apresentadas neste Relatório, Demonstrações Financeiras e seus Anexos, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações contábeis auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

A diretoria da VIABAHIA Concessionárias de Rodovias S/A, declara nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Salvador, 29 de março de 2023

Diretoria

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Diretor Presidente
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Hederverton Andrade Santos
Diretor Jurídico e Regulatório

Conselho de Administração

José António Labarra Blanco
Presidente

José Pedro Guerreiro Bartolomeu
Conselheiro

Eduard Soler Babot
Conselheiro

José Ramon Ballestros Martínez
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, em que a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2022, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ (220.846), além de prejuízos no exercício corrente e acumulado nos montantes de R\$ (70.346) e R\$ (331.882), respectivamente. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, com o objetivo de superar essa instabilidade financeira e operacional, a administração preparou plano de contingência contendo um conjunto de ações, dos quais se destaca o processo de revisão do contrato de concessão junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no âmbito do procedimento arbitral protocolado no Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), requerendo o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Adicionalmente, conforme Nota Explicativa nº 10, a Companhia vem obtendo sucesso nas renegociações dos vencimentos das dívidas de curto prazo contratadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além da obtenção de novos recursos para suprir a necessidade de capital de giro decorrente dos prejuízos incorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2022, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para mensuração e cobrança das passagens dos veículos, sendo cobrada manualmente pelas cabines ou de maneira automática via dispositivo eletrônico de identificação ("TAG") instalado no interior dos veículos. O direito dessa cobrança decorre do contrato de concessão do serviço público procedida da execução de obra pública. As tarifas dos pedágios são reajustadas anualmente, conforme estabelecido no contrato de concessão.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista o volume de informações processadas até o registro contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Indagação junto à administração quanto ao entendimento dos controles relacionados ao reconhecimento da receita;
- Envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para aplicação de testes nos controles automatizados utilizados pela Companhia;
- Recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes;
- Confirmação externa junto aos operadores que comercializam o dispositivo eletrônico de identificação dos veículos;
- Avaliação da divulgação nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos aplicados, concluímos pela razoabilidade da receita, bem como das informações incluídas nas notas explicativas decorrente da arrecadação do pedágio.

Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, a Companhia registra uma provisão no passivo decorrente de gastos relacionados à perspectiva de ampliação da rodovia constante no contrato de concessão, com a denominação Programa de Exploração da Rodovia ("PER"). Para mensurar o valor desses investimentos são contempladas premissas e julgamentos relevantes para estimar o fluxo das obras, o valor futuro desses gastos e taxas de desconto a valor presente.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, pois o reconhecimento dessa provisão envolve julgamento relevante da Companhia na avaliação dos critérios para definição do momento de registro, principalmente no que tange ao valor de atualização desses gastos e taxa de desconto a valor presente.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do ambiente de controle que gera as informações para melhor estimativa da provisão;
- Leitura do contrato de concessão para entendimento das obrigações do Programa de Exploração da Rodovia;
- Discussão com a administração para avaliação das premissas utilizadas na mensuração desses gastos futuros;
- Avaliação das taxas de atualização dos custos e de desconto do fluxo de caixa;
- Avaliação se todas as divulgações relevantes a esse tema foram divulgadas adequadamente nas demonstrações contábeis.

Com base as evidências obtidas, determinamos que o reconhecimento da provisão decorrente das obrigações do Programa de Exploração da Rodovia são razoáveis para suportar os valores contabilizados e informações incluídas nas notas explicativas.

Avaliação do risco de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados a concessão

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 2.5 e 8 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia, anualmente, indicadores de riscos que possam existir na redução do valor recuperável para seus ativos intangíveis de vida útil definida, em virtude do contrato de concessão. Nessa avaliação são contempladas premissas e julgamentos relevantes para estimar fluxos de caixa futuro, incluindo volumes de tráfego, valor de tarifa, custos operacionais e taxas de desconto a valor presente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou suas avaliações e concluiu sobre a inexistência de necessidade de reconhecimento de perdas às demonstrações contábeis. Adicionalmente, considerando a discussão em curso com o poder concedente, a administração efetuou análise adicional sobre a realização dos ativos intangíveis da concessão por meio do cálculo estimado dos valores de indenização relativos aos investimentos vinculados a bens reversíveis não depreciados ou amortizados, líquidos de descontos potenciais previstos em regulamentação setorial vigente.

Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que possíveis variações nessas premissas podem alterar de maneira relevante as demonstrações contábeis da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Revisão da metodologia e dos modelos utilizados na mensuração do fluxo de caixa descontado a valor presente do contrato, incluindo a análise da razoabilidade das premissas utilizadas e da integridade dos dados fornecidos pela administração da Companhia;
- Análise de sensibilidade sobre tais premissas para avaliar o comportamento do valor presente do fluxo de caixa, considerando outros cenários e premissas, com base em dados de mercado;
- Avaliação da aderência aplicada pela Companhia com relação à regulamentação vigente relacionada a indenização de bens reversíveis não depreciados ou amortizados;
- Avaliação da divulgação nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas, determinamos que estas são razoáveis para suportar os saldos contabilizados como ativos intangíveis e informações incluídas nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa opinião, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de maneira consistente com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 29 de março de 2023.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	22.650	20.089	Fornecedores	9	55.221	69.649
Contas a receber	4	25.500	20.331	Empréstimos e financiamentos	10	148.465	80.328
Tributos a recuperar		1.486	4.061	Salários e encargos sociais		6.314	5.692
Despesas antecipadas	5	7.368	6.655	Imposto de renda e contrib. social a pagar		-	0
Outros ativos		2.463	1.481	Tributos a recolher		7.384	6.867
Total do ativo circulante		<u>59.467</u>	<u>52.617</u>	Verba de fiscalização	14	671	626
				Valores a pagar com ANTT	12	19.119	22.446
NÃO CIRCULANTE				Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia	11	25.324	25.246
Depósitos judiciais		4.414	3.543	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	23	886	7.652
Outros ativos		1.633	1.633	Outros passivos		16.215	15.552
Aplicações Financeiras		-	400	Valores a pagar arrendamento mercantil	15	714	562
Imposto de renda e contrib. social diferidos	13	139.713	119.451	Total do passivo circulante		<u>280.313</u>	<u>234.620</u>
Direito de Uso (IFRS16)	7	1.843	2.078				
Imobilizado	7	3.658	4.038	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	8	1.738.583	1.887.561	Empréstimos e financiamentos	10	182.799	364.570
Total do ativo não circulante		<u>1.889.844</u>	<u>2.018.704</u>	Valores a pagar arrendamento mercantil	15	1.129	1.516
				Valores a pagar com ANTT	12	5.959	5.739
				Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia	11	799.366	811.817
				Provisão para manutenção	24	17.926	9.984
				Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	23	2.494	2.297
				Total do passivo não circulante		<u>1.009.673</u>	<u>1.195.923</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
				Capital social		991.207	797.516
				Adiantamento para futuro aumento de capital	16d	-	104.798
				Prejuízos acumulados		(331.882)	(261.536)
						<u>659.325</u>	<u>640.778</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.949.311</u></u>	<u><u>2.071.321</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.949.311</u></u>	<u><u>2.071.321</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras do exercício.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	17	367.978	471.798
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(335.023)	(425.085)
LUCRO BRUTO		32.955	46.713
Despesas gerais e administrativas	19	(56.954)	(54.271)
Honorário da administração	6	(1.052)	(1.220)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		252	2.682
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(24.799)	(6.096)
Receitas financeiras	20	5.341	4.305
Despesas financeiras	20	(71.150)	(70.162)
RESULTADO FINANCEIRO		(65.809)	(65.857)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(90.608)	(71.953)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	21	-	-
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	21	20.262	21.056
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(70.346)	(50.897)
Ações em circulação no final do período (em milhares)		828.812	635.121
Prejuízo básico e diluído por ação - Em R\$	22	(0,085)	(0,080)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras do exercício.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(70.346)	(50.897)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(70.346)</u>	<u>(50.897)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital a realizar	Capital realizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total	
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021		797.516	-	797.516	-	(210.639)	586.877
Adiantamento para futuro aumento de capital			-	-	104.798	-	104.798
Prejuízo do exercício		-	-	-	(50.897)	-	(50.897)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		797.516	-	797.516	104.798	(261.536)	640.778
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022		797.516	-	797.516	104.798	(261.536)	640.778
Adiantamento para futuro aumento de capital					88.893		88.893
Aumento de capital	16d	193.691	-	193.691	(193.691)		
Prejuízo do exercício		-	-	-	(70.346)		(70.346)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		991.207	-	991.207	-	(331.882)	659.325

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras do exercício.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(90.608)	(71.953)
Ajustes de			
Depreciação e amortização	7 e 8	152.273	143.756
Provisão (reversão) para contingências	19	(6.703)	827
Provisão para manutenções	24	6.932	2.131
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.3	38.988	39.171
Apropriação dos custos de transação	10.3	486	674
AVP da provisão para investimento da rodovia	11, 20, 24	21.610	24.200
AVP Arrendamento mercantil	20	154	(70)
Atualização e Multas ANTT	12	1.211	1.103
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	4	11	10
Baixa de ativo intangível	8, 18	-	2.525
Margem de lucro de construção	17	(655)	(2.898)
		<u>123.699</u>	<u>139.476</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(5.180)	(456)
Tributos a recuperar		2.575	(3.318)
Despesas antecipadas		(713)	(2.521)
Outros ativos		(1.853)	(1.336)
Fornecedores		(14.428)	15.883
Direito de uso pagos		(819)	(716)
Salários e encargos sociais		622	1.580
Tributos a recolher		517	930
Outros passivos		(3.493)	(4.501)
Caixa gerado nas operações			
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	10.3	(36.806)	(40.309)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(451)
		<u>64.121</u>	<u>104.261</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	7	(821)	(737)
Aquisições de bens do ativo intangível	8	(33.748)	(142.468)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(34.569)</u>	<u>(143.205)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	10.3	(115.884)	(151.317)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.3	88.893	104.798
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(26.991)</u>	<u>(46.519)</u>
AUMENTO LÍQUIDO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>2.561</u></u>	<u><u>(85.463)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	20.089	105.552
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	22.650	20.089
AUMENTO LÍQUIDO/(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>2.561</u></u>	<u><u>(85.463)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras do exercício.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS		399.691	502.747
Receita de pedágio e acessórias		366.278	354.983
Receita de construção	17	33.413	147.764
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(187.138)	(281.905)
Custo do serviço de construção	18	(32.758)	(144.866)
Custo da concessão		(120.984)	(106.941)
Outras despesas		(33.396)	(30.098)
VALOR ADICIONADO BRUTO		212.553	220.842
Depreciação e amortização	7 e 8	(152.273)	(146.281)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		60.280	74.561
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	20	5.341	4.305
Outras receitas		252	2.682
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		65.873	81.548
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal		39.063	38.437
Remuneração direta		24.805	24.096
Benefícios		10.278	9.100
Despesas com desligamento		702	1.301
Honorários da administração	6	1.052	1.220
Encargos sociais (exceto INSS)		1.835	1.873
Outros		391	847
Impostos, taxas e contribuições		22.255	20.681
PIS/COFINS sobre faturamento		13.392	13.205
Imposto de renda e contribuição social		(20.262)	(21.056)
INSS (sobre folha de pagamento)		6.533	6.520
ISS sobre faturamento		18.321	17.744
Outros		4.271	4.268
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízos		(70.346)	(50.897)
Remuneração de capitais de terceiros		74.901	73.327
Juros e variações cambiais	20	71.150	70.162
Aluguéis		3.751	3.165
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		65.873	81.548

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras do exercício.

1. Contexto operacional

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. (“Viabahia” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede na Rua do Jaracatiá nº 106, Caminho das Árvores, Salvador, estado da Bahia.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (“DNIT”) cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital nº 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

- BR-116 Feira de Santana - Divisa BA/MG;
- BR-324 Salvador - Feira de Santana;
- BA-526 Entrada BR-324 - Entrada BA-528;
- BA-528 Entrada BA-526 - Acesso Base Naval de Aratu.

De maneira geral, o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”) estabelece as seguintes obrigações durante o período de concessão:

- Obras iniciais: compreendem as obras e serviços que a Companhia deverá executar imediatamente após a data da assunção até o 6º (sexto) mês do Prazo da Concessão (que correspondia até abril de 2010). Estas obras foram finalizadas e recebidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) em 29 de outubro de 2010, devido a intercorrências ocorridas como elevada taxa pluviométrica registrada na região, paralisação dos trabalhadores da construção pesada em todo o Estado da Bahia e dificuldades em acordar junto à Polícia Rodoviária Federal os horários para interdições das faixas;
- Recuperação: obras e serviços que têm por objetivo o restabelecimento das características originalmente existentes nos diversos elementos do Sistema Rodoviário. O PER estabelece que esses trabalhos devem ser iniciados imediatamente após a conclusão das obras iniciais;

- Duplicação condicionada: realização de obras de duplicação de pista da rodovia BR 116 e a implantação de terceira faixa de rolamento nos dois sentidos na rodovia BR 324, que totalizam, respectivamente, 441,6 Km e 106,7 Km de extensão, conforme indicado no PER (Programa de Exploração Rodoviária). As obras condicionadas são objeto da revisão quinzenal protocolada junto a ANTT em 2017 e do processo arbitral junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (CAM-CCBC) instaurado a requerimento da Viabahia no início de 2020, para compelir o Poder Concedente a cumprir obrigações contratuais, com o objetivo de reequilibrar o contrato de concessão;
- Obras obrigatórias: são obras e serviços de ampliação de capacidade (duplicação obrigatória do trecho da BR-116 entre o entroncamento com o Contorno Sul de Feira de Santana e o entroncamento com a BR-242), melhorias físicas e operacionais, dentre outras. As obras foram concluídas e estão em operação desde dezembro de 2019.

Investimentos realizados

A Companhia encontra-se no 13º ano do seu contrato de concessão com a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT e, apesar da ausência de desembolso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e queda da economia dos últimos anos, vem realizando investimentos em trabalhos de recuperação do pavimento, recapeamento, renovação e instalação de sinalizações, desenvolvendo projetos de ampliação e melhorias operacionais assim como obras de duplicação obrigatórias, construção de passarelas, terraplenos, estruturas de contenção e implantação de fibra óptica, em 681 km da rodovia. O total de investimentos realizados até dezembro de 2022 foi de R\$ 2.099.120, distribuído em obras de recuperação, pavimentação, iluminação, obras de artes especiais e corrente, terraplenos, estrutura de contenção, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança, e em obras de duplicação na rodovia.

A Companhia estima, em 31 de dezembro de 2022, que para cumprir com as obrigações conforme situação do contrato de concessão necessita do montante de R\$ 824.690 (R\$ 837.063 em 31 de dezembro de 2021) referente a investimentos para ampliação e renovação de rodovias, a valores atuais.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão sendo revisados pelos menos anualmente. A Companhia vem negociando com o órgão regulador o prazo de execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio em sua revisão quinzenal, conforme descrito a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Reequilíbrio Contrato de Concessão

Em 22 de agosto de 2019, foi concedida pela 3ª Vara Federal Cível da SJDF a medida acautelatória nº 1023220-63.2019.4.01.3400, com fundamento no art. 22-A da Lei nº 9.307/96, para: i) assegurar que, até a apreciação dos conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral e/ou até a apreciação do pleito de revisão contratual (quinquenal), a ANTT mantenha as mesmas bases econômico-financeiras contratuais, incluída a condição tarifária, sem nova redução; ii) se abstenha de aplicar penalidades administrativas e contratuais atreladas a obrigações de investimento, inclusive a de caducidade, respeitado o poder de fiscalização sobre a exploração do serviço delegado; e iii) se abstenha de impor obrigações à concessionária que estejam atreladas aos investimentos previstos no contrato de concessão.

Em setembro de 2019, foi protocolado no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC requerimento de instauração de procedimento arbitral contra a ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. O pedido de instauração visa solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão por meio do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 13 de outubro de 2021, foi julgado procedente pela 6ª Vara Federal Cível da SJDF (decisão nº 1009371-92.2017.4.01.3400) o pedido, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, a fim de conceder a tutela específica inibitória, nos termos dos artigos 497 e 1012 §1º, V, do CPC/2015, tão somente até que seja concluído o processo de revisão quinquenal no contrato de concessão, nos termos da Cláusula 16.5.1.

Com a decisão seus efeitos são imediatos, na qual afasta a exigibilidade das obrigações não essenciais do Contrato de Concessão, bem como apenamentos sobre eventual descumprimento. Em 10 de agosto 2022, foi publicada pelo STJ/DF decisão unânime que mantém a eficácia, da decisão do Desembargador Federal Relator do TRF1 proferida nos autos da Tutela Cautelar Antecedente nº 1044709-06.2021.4.01.0000. Reestabelecendo os valores das tarifas de pedágio localizadas nas rodovias BR-324 e BR-116 que correspondem a R\$ 2,90 e R\$ 5,10.

Foi publicada no Diário Oficial da União em 07 outubro de 2022, a Deliberação nº 290 da Diretoria Colegiada da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), de 6 de outubro de 2022, aumentado a tarifa de pedágio de R\$ 5,10 para R\$ 5,50, na BR 116 e de R\$ 2,90 para R\$ 3,20 na BR 324 o reajuste é consequência de efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 07 de dezembro de 2021.

Investigações envolvendo a Companhia

Como é de conhecimento público, com base no processo de auditoria promovido em abril 2019 pelo TCU com o objetivo de verificar a conduta da ANTT durante os processos de revisão de tarifa junto a concessões de rodovias federais, o TCU instruiu a Polícia Federal a investigar possíveis irregularidades em alguns conceitos considerados na revisão tarifária de 2017 do Contrato de Concessão - Edital nº 001/2008. Até 31 de dezembro de 2022, nenhum novo registro foi verificado e não há impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

1.1. Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia acumulou prejuízos em sua operação no montante de R\$ 70.346 (R\$ 50.897 em 31 de dezembro de 2021) e apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 220.846 (R\$ 182.003 em 31 de dezembro de 2021). Essa situação de capital circulante negativo é usual nas fases iniciais e intermediárias aos empreendimentos de concessão de serviços públicos, uma vez que no início do projeto há uma incidência muito grande de investimentos para ampliação e recuperação da rodovia, sendo que a previsão de gastos para 2023 está estimada em R\$ 25.324, para obras de recuperação e demais obras de infraestrutura. Além da revisão quinquenal do contrato os planos da Administração visam à recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. A Administração entende que o êxito no requerimento do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato é condição essencial para a retomada dos investimentos e da melhora dos resultados operacionais da Companhia.

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. A geração de caixa e os recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulante e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo. Ademais, a Companhia tem tido suporte dos seus acionistas, conforme aportes realizados nos exercícios de 2022 e 2021 (Nota 15a).

A Administração está discutindo com o BNDES os termos e características do financiamento aprovado em 21 de novembro de 2012 no montante total de R\$ 1.369.143. Os desembolsos efetuados diretamente pelo BNDES e pelos bancos repassadores até 31 de dezembro de 2022 totalizaram o montante de R\$ 847.275. Não houve recebimento de recursos no exercício de 2022.

1.2. Efeitos da Pandemia do COVID-19

A Administração da Companhia continua monitorando a pandemia da COVID-19 e atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira e garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e a segurança de todos nossos colaboradores e usuários do trecho sob concessão da Viabahia.

A pandemia de COVID-19, foi reconhecida como evento de força maior pela ANTT, e confere à VIABAHIA o direito de pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, tendo em vista que, conforme cláusula do Contrato, este risco é alocado ao Poder Concedente.

2. Principais políticas contábeis

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados a valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens ou serviços.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2023.

2.1. Instrumentos financeiros

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de maneira subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco crédito.

2.3. Imobilizado

Os ativos imobilizados são apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de maneira linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado.

2.4. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados a valor justo (custo mais margem) no momento do seu reconhecimento inicial, ver nota 2.10. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são deduzidos pela amortização acumulada. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Tratamento específico relativo ao ativo intangível oriundo do contrato de concessão encontra-se descrito na Nota Explicativa nº 8.

2.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.6. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

2.7. Impostos

Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para as diferenças tributárias temporárias, e impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre prestação do serviço de concessão, exceto:

- Quando os impostos sobre prestação do serviço incorridos na aquisição de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre a prestação do serviço é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas/ prestação do serviço;
- Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação do serviço, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

- A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.10. Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis), sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível).

Para essa última modalidade, que é caso da Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção prestado. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras, conforme demonstrado na Nota 17.

2.11. CPC06 (R2) - IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Companhia amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a companhia mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 7,3% a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito do financiamento do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

2.12. Novas normas, revisões e interpretações emitida que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

- Alteração na Norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e,
- Alteração na Norma IAS 1 - classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

2.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Determinação das receitas de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

b) Intangível - ICPC 01 - contratos de concessão

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O contrato de concessão determina que a Companhia realize investimentos em ampliação e renovação da rodovia, tendo sido registrada provisão referente ao valor orçado desse montante, ajustado a valor presente, à taxa de 3,04% a.a. (taxa de longo prazo ajustada pela inflação). A apropriação desses saldos no resultado do exercício, durante o período da concessão, é realizada em bases mensais, com base no custo de construção apurado. O custo de construção estimado é revisado anualmente em dezembro e ajustado quando necessário.

d) Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do exercício para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal e das normas emitidas pela ANTT, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	13.683	9.462
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8.967	10.627
	22.650	20.089

As aplicações financeiras em CDB correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI a percentuais que variam de 98% a 101,0% (98,0% a 101,0% em 31 de dezembro 2021).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Contas a receber

Descrição	2022	2021
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (CGMP)	16.062	12.215
Move Mais	532	1.653
DBTRANS - vale-pedágio e AVI	835	816
ConectCar	1.371	805
Alelo	2.626	1.491
Greenspass	2.161	468
Visa vale pedágio	179	89
Outros (a)	3.236	4.285
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.502)	(1.491)
	<u>25.500</u>	<u>20.331</u>

(a) Refere-se a contas a receber decorrentes de receitas provenientes de serviços acessórios do uso da faixa de domínio (Tim Celular S.A., Petrobras, TPE Transmissora Paraíso de Energia).

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP, ConectCar e DBTRANS, Move Mais, Alelo) e vale pedágio (Visa Vale e DBTRANS). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$ 16.062 (R\$ 12.215 em 31 de dezembro 2021), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar") são repassados para a Companhia em até 45 dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

Provisão Estimada para Créditos em Liquidação Duvidosa

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração, considerando a composição das suas contas a receber em atraso e com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída é suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Provisão para créditos de Liquidação Duvidosa
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.481)
Complemento de provisão	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.491)
Complemento de provisão	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(1.502)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Despesas antecipadas

Descrição	2022	2021
Seguros (i)	4.417	3.286
Benefícios pagos antecipadamente (ii)	730	688
Outras despesas	2.221	2.681
	<u>7.368</u>	<u>6.655</u>

- (i) Corresponde a despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período;
- (ii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, assistência médica e vale-transporte dos funcionários.

6. Honorários da Administração

Os honorários dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 1.052 (R\$ 1.220 - 2021), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário e não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Imobilizado e ativo de direito de uso

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Ativo de direito de uso	Outras imobilizações	Imobilizado andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2020										
Saldo inicial	1.035	1.286	1.631	436	-	10	1.776	39	32	6.245
Aquisições	-	305	301	90	-	-	859	8	33	1.596
Transferência/reclassificação	-	6	7	10	-	-	-	-	(23)	-
Depreciação	(189)	(347)	(481)	(119)	-	(7)	(557)	(25)	-	(1.725)
Saldo contábil, líquido	846	1.250	1.458	417	-	3	2.078	22	42	6.116
Em 31 de dezembro de 2021										
Custo	2.093	4.3406	4.987	2.231	50	73	3.645	389	42	17.916
Depreciação acumulada	(1.247)	(3.156)	(3.529)	(1.814)	(50)	(70)	(1.567)	(367)	-	(11.800)
Saldo contábil, líquido	846	1.250	1.458	417	-	3	2.078	22	42	6.116
Saldo em 31 de dezembro de 2021	846	1.250	1.458	417	-	3	2.078	22	42	6.116
Aquisições	15	277	364	70	-	-	429	-	95	1.250
Transferência	-	-	-	33	-	-	-	-	(33)	-
Depreciação	(183)	(335)	(564)	(94)	-	(3)	(664)	(22)	-	(1.865)
Saldo contábil, líquido	678	1.192	1.258	426	-	-	1.843	-	104	5.501
Saldo em 31 de dezembro de 2022										
Custo	2.108	4.683	5.351	2.334	50	73	4.074	389	104	19.166
Depreciação acumulada	(1.430)	(3.491)	(4.093)	(1.908)	(50)	(73)	(2.231)	(389)	-	(13.665)
Saldo contábil, líquido	678	1.192	1.258	426	-	-	1.843	-	104	5.501
Taxas médias anuais de depreciação	10	10	20	10	20	10	10	10	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Intangível

	Construção da infraestrutura (i)			Softwares	Intangível em formação	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos			
Em 31 dezembro de 2020						
Saldo inicial	1.084.197	142.264	672.601	426	11.419	1.910.907
Adição	3.139	-	2.525	29	4.420	10.113
Baixa	-	-	(2.525)	-	-	(2.525)
Transferência	1.197	978	-	-	(2.178)	(3)
Revisão da provisão de investimento	94.552	12.525	6.450	-	-	113.527
Realização provisão de investimento	109.122	11.748	16.813	-	-	137.683
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	(2.427)	(2.427)
Baixa de provisão de investimento	(109.122)	(11.748)	(16.813)	-	-	(137.683)
Amortização	(80.977)	(10.575)	(50.291)	(188)	-	(142.031)
Saldo contábil, líquido	1.102.108	145.192	628.760	267	11.234	1.887.561
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	1.617.650	206.862	933.942	4.598	11.234	2.774.286
Amortização acumulada	(515.542)	(61.670)	(305.182)	(4.331)	-	(886.725)
Saldo contábil, líquido	1.102.108	145.192	628.760	267	11.234	1.887.561
Saldo em 31 de dezembro de 2021						
Saldo inicial	1.102.108	145.192	628.760	267	11.234	1.887.561
Adição	-	-	-	4	-	4
Transferência	3.524	927	591	-	(5.042)	-
Revisão da provisão de investimento	7.096	(1.124)	(490)	-	-	5.482
Realização provisão de investimento	26.589	2.485	4.339	-	-	33.413
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	986	986
Baixa da provisão de investimento	(30.113)	(3.412)	(4.930)	-	-	(38.455)
Amortização	(88.007)	(11.495)	(50.758)	(148)	-	(150.408)
Saldo contábil, líquido	1.021.197	132.573	577.512	123	7.178	1.738.583
Saldo em 31 de dezembro de 2022						
Custo	1.624.746	205.738	933.452	4.602	7.178	2.775.716
Amortização acumulada	(603.549)	(73.165)	(355.940)	(4.479)	-	(1.037.133)
Saldo contábil, líquido	1.021.197	132.573	577.512	123	7.178	1.738.583
Prazo remanescente de amortização (anos)	13	13	13	5	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Intangível - construção da infraestrutura (recuperação, operação e melhoramentos)

Referem-se aos custos mais margem dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo da amortização do ativo intangível até 31 de março de 2017 era efetuado de acordo com a curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de abril de 2017, a Companhia passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, e de maneira prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Companhia no prazo da concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do término contratual.

8.1. Movimentação das aquisições

Segue a conciliação das adições do intangível com a provisão dos investimentos e a movimentação do intangível no fluxo de caixa da Companhia:

Descrição	2022	2021
Investimentos realizados (Notas nº 11 e 17)(*)	33.413	137.683
Adições ao intangível (Nota nº 8)	5.486	123.640
Adiantamentos a fornecedores (Nota nº 8)	986	(2.427)
Acréscimo/redução da provisão (Nota nº 11)	(5.482)	(113.527)
Reclassificação (Nota nº 8)	-	(3)
Margem de construção (Nota nº 17)	(655)	(2.898)
	<u>33.748</u>	<u>142.468</u>

(*) Trata-se de valores incorridos no período, anteriormente tratados pela Companhia como transação não caixa (provisão para investimentos).

9. Fornecedores

Descrição	2022	2021
Contas a pagar aos fornecedores (i)	49.227	63.494
Cauções contratuais (ii)	5.994	6.155
	<u>55.221</u>	<u>69.649</u>

- (i) Refere-se, principalmente, a fornecedores de serviços e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados às obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação;
- (ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas a suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das notas fiscais até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Encargos	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	31/12/2022	31/12/2021
Moeda nacional					
BNDES (i)	TJLP + 2,16% a.a.	157.342	140.615	297.957	385.682
HAITONG(i)	TJLP + 5,2% a.a.	11.173	15.929	27.102	36.875
Votorantim (i)	TJLP + 5,55% a.a.	11.107	15.646	26.753	36.425
Banco ABC (i)	TJLP + 5,3% a.a.	7.444	10.675	18.119	24.650
Subtotal		187.066	182.865	369.931	483.632
(-) Custos de transação (a)		(281)	(66)	(347)	(831)
(-) Títulos e valores mobiliários (b)		(38.320)	-	(38.320)	(37.903)
Total de empréstimos e financiamentos		148.465	182.799	331.264	444.898

(i) Em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$ 1.369.143. Até 31 de dezembro de 2022, foram efetuados desembolsos pelo BNDES e pelos bancos repassadores no montante total de R\$ 847.909, com vencimento final em 2027. Em 22 de abril de 2020, a Companhia celebrou o 4º aditivo com o BNDES, por meio do qual foi acordado a criação do Subcredito “E1” com os valores das parcelas suspensas e não pagas do “Standstill” no valor R\$ 56,7 milhões, que serão liquidadas em parcela única em maio de 2023. A companhia está em tratativas com o BNDES para prorrogação do prazo de pagamento do Standstill em 12 (doze) meses.

(a) Custos de transação

Os custos incorridos na captação dos empréstimos estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

(b) Garantias

O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de “project finance” ou financiamento com garantias de projeto, por meio de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., as quais constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui reserva real mantida junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 38.320 (R\$ 37.903 em 31 de dezembro 2021), remunerada de 98% a 101% do CDI, para garantia de financiamentos junto às seguintes instituições financeiras: BNDES, Banco ABC Brasil S.A., HAITONG Banco de Investimento do Brasil S.A. e Banco Votorantim S.A.

10.1. Principais compromissos assumidos ("Covenants")

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos no contrato de financiamento:

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;
- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta;
- Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, tampouco pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, quando a relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total for inferior a 20% ou o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), os quais serão apurados ao final de cada semestre.

As cláusulas restritivas estão adequadamente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022.

10.2. Vencimento

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2022
Até um ano	187.066
Acima de um ano e até dois anos	106.327
Acima de dois anos e até três anos	40.916
Acima de três anos e até quatro anos	21.167
Acima de quatro anos e até cinco anos	14.454
	369.931

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

10.3. Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	143.222	412.262	43.001	-	598.485
Encargos - Resultado	39.425	-	773	-	40.198
Varição Cambial	-	-	(1.027)	-	(1.027)
Transferências	48.366	(48.366)	-	-	-
Amortização Principal	(109.329)	-	(41.988)	-	(151.317)
Pagamentos de Juros	(39.550)	-	(759)	-	(40.309)
(-) Custos de transação	-	674	-	-	674
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(1.806)	-	-	-	(1.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	80.328	364.570	-	-	444.898

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	80.328	364.570	444.898
Encargos - Resultado	38.988	-	38.988
Transferências	182.257	(182.257)	-
Amortização Principal	(115.884)	-	(115.884)
Pagamentos de Juros	(36.806)	-	(36.806)
(-) Custos de transação	-	486	486
(+/-) Títulos e valores mobiliários	(418)	-	(418)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	148.465	182.799	331.264

11. Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia

O orçamento da Companhia, preparado com base nos investimentos previstos nas obras de construção e melhoria das rodovias a serem realizados até 2025, prevê desembolsos de R\$ 824.690 (R\$ 837.063 em 31 de dezembro 2021), sendo que R\$ 25.324 deverão ser realizados até 31 de dezembro de 2023. Essa provisão foi revista, porém a Companhia está aguardando o processo de Revisão Quinquenal, que está em Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá - CAM-CCBC. A instauração de procedimento arbitral contra a ANTT foi protocolada em setembro de 2019. O pedido de instauração visa solucionar controvérsia fundada no contrato de concessão por meio do Edital nº 001/2008. O procedimento arbitral tem como objetivo o aprimoramento contratual e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, que possibilitará a reavaliação do contrato em relação a sua compatibilidade com as reais necessidades advindas dos Sistema Rodoviário, nos termos previstos contratualmente.

Conforme nota 1 - Reequilíbrio Contrato de Concessão, com a decisão favorável em 13 de outubro de 2021 pela 6ª Vara Federal Cível da SJDF (decisão nº 1009371-92.2017.4.01.3400) a Companhia afasta a exigibilidade das obrigações não essenciais do Contrato de Concessão, bem como apenamentos sobre eventual descumprimento.

Seguem os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

	2022	2021
Saldos em 1º de janeiro	837.063	837.428
Revisão orçamentaria	5.482	113.527
Ajuste a valor presente	20.600	23.791
Investimentos realizados	(38.455)	(137.683)
Saldos em 31 de dezembro	824.690	837.063
Circulante	25.324	25.246
Não circulante	799.366	811.817

Em dezembro de 2022, a Companhia efetuou revisão anual da provisão, com base na situação do contrato de concessão para o exercício subsequente e contratos de obras já firmados, bem como na revisão dos gastos necessários a serem incorridos com a recuperação das rodovias BA-324 e BR-116 e das BA-526 e BA-528, mensurados com base em relatórios de monitoramento da ANTT. A revisão da provisão é considerada como uma mudança de estimativa contábil do custo e sua contrapartida foi reconhecida no ativo intangível.

12. Valores a pagar a ANTT

Em janeiro 2022, foram pagos os processos AI-5067/5048, com valor nominal no valor de R\$ 821 já registrado, perfazendo um total de 18 processos passivos com probabilidade de perda provável no valor nominal de R\$ 10.031.

Em 06 de junho de 2022, a Companhia protocolou o pedido de Parcelamento Ordinário SUROD/ANTT de débitos não inscritos em Dívida Ativa, foi incluído um processo passivo com valor nominal R\$ 495, onde mesmo já tinha sido registrado com probabilidade de perda provável.

Enquanto aguarda o deferimento da ANTT, a Companhia mantém registrado o débito total atualizado pela taxa SELIC referente a essas infrações.

As penalidades impostas pela ANTT, refere-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registro de Ocorrências - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária - PER;
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER.

O resumo dos parcelamentos encontra-se demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo dos parcelamentos no início do exercício	28.185	29.668
Inclusão Débito Parcelamento	495	709
Juros e multas de mora (i)	1.211	1.103
Pagamentos	(4.813)	(3.295)
Saldo dos parcelamentos no final do exercício	<u>25.078</u>	<u>28.185</u>
Circulante	19.119	22.446
Não circulante	5.959	5.739

- (i) Os valores dos juros e multas de mora, líquidos, foram reconhecidos como despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A movimentação dos saldos de imposto de renda diferido ativo (passivo), pode ser resumida como segue:

Base	Saldo em 31/12/2022	Movimentação	Saldo em 31/12/2021
Margem de construção	(18.369)	1.040	(19.409)
Capitalização de juros no intangível	(15.243)	1.294	(16.537)
Ajuste de encargos financeiros - apropriação AVP	83.559	7.004	76.555
Amortização do intangível provisionado	83.456	10.104	73.352
Diferença de taxa de amortização do intangível	(3.413)	290	(3.703)
Custos dos empréstimos - societário x fiscal	(118)	165	(283)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios	1.024	(2.279)	3.303
Provisão para manutenção	6.096	2.700	3.396
Outras provisões	2.721	(56)	2.777
	139.713	20.262	119.451

14. Verbas de fiscalização e de segurança no trânsito

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização prevista para 2023 é de R\$ 7.512, tendo sido realizado até dezembro de 2022 o valor de R\$ 7.687 (R\$ 6.965 em 31 de dezembro de 2021), sendo esse recolhimento efetuado mensalmente. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 671 (R\$ 626 em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente, a Companhia deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e/ou aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. A verba para segurança no trânsito é no montante anual de R\$ 1.479 reajustada anualmente na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O valor total do gasto relativo à verba para segurança no trânsito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 1.479 (R\$ 1.479 em 31 de dezembro de 2021). Conforme Nota Explicativa nº 18.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Valores a pagar de arrendamento mercantil

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia a taxa obtida foi de 7,34% a.a. A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos iniciais	562	1.516	2.078
Adição	429	-	429
Utilização	(819)	-	(819)
Transferência	387	(387)	-
AVP	154	-	154
Saldos finais	714	1.129	1.843

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 991.207 (2021 - R\$ 797.516) está representado por 828.812.035 (2021 - 635.121.766) ações ordinárias e sem valor nominal.

Acionistas	Em milhares de ações ordinárias			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Roadis Participações na Viabahia Ltda.	828.812.034	99,999	635.121.765	99,999
Roadis Brasil Part. de Infraestrutura Ltda	1	0,001	1	0,001
	828.812.035	100	635.121.766	100

Em 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os seguintes aumentos de capital, os quais foram totalmente subscritos e integralizados pelos acionistas:

Data	Valor do aumento de capital	Quantidade de ações integralizadas em milhares	
		Roadis Participações na Viabahia Ltda.	Total
29 de março de 2022	137.506	137.506	137.506
03 de outubro de 2022	56.185	56.185	56.185
	193.691	193.691	193.691

b) Reserva de incentivo fiscal

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, por meio do Laudo Constitutivo nº 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Durante o período de vigência do benefício fiscal deverá atender às seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de controle ambiental; (ii) apresentação da declaração de rendimentos a cada exercício; (iii) proibição da distribuição de lucros correspondentes ao valor do imposto que seria pago sem a existência do benefício; (iv) participação da pesquisa anual de incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (v) apresentação anual de regularidade fiscal em relação aos tributos federais a apresentação de certidão negativa de débito para a previdência social.

Em dezembro de 2019, foi aprovada a renovação do incentivo fiscal SUDENE, por meio do Laudo Constitutivo nº 0173/2019, estendendo o prazo de fruição do benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração passando de 2021 a 2028.

Durante o exercício de 2022, a Companhia não gerou base de cálculo de incentivo fiscal SUDENE e está adimplente com as obrigações relativas ao programa de incentivos.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

17. Receita líquida

Descrição	2022	2021
Receitas de pedágio:		
Numerários (i)	100.552	112.068
AVI - Sem Parar/ConectCar (ii)	225.688	204.266
Visa Vale (iii)	23.709	22.766
DBTRANS (iii)	10.956	12.373
Sobras de arrecadação	72	77
	<hr/>	<hr/>
Receitas acessórias:	360.977	351.550
Receitas extraordinárias	5.301	3.433
Receitas de construção:		
Obras de infraestrutura (iv)	33.413	147.764
Tributos sobre serviços da operação	(31.713)	(30.949)
	<hr/>	<hr/>
	367.978	471.798

- (i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques;
- (ii) Receitas oriundas da captação de sinais por meio de sensor eletrônico. As receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas por meio do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresas especializadas (CGMP, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Alelo);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

- (iii) As transações de vale-pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale-pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iv) Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utiliza o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 2% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia e os contratos de construção firmados para a implementação de tais obras.

Descrição	2022	2021
Receita de obras de infraestrutura	33.413	147.764
Custos de construção	(32.758)	(144.866)
	655	2.898

18. Custos dos serviços prestados

Descrição	2022	2021
Custos de conservação		
Custos com pessoal	(1.663)	(1.744)
Serviços de terceiros	(43.131)	(44.893)
Material, equipamentos e veículos	(6.960)	(3.414)
Outros gastos conservação	(329)	(491)
Manutenção	(6.932)	(2.131)
	(59.015)	(52.673)
Custos de operação		
Custos com pessoal	(24.469)	(22.968)
Serviços de terceiros	(33.472)	(29.878)
Material, equipamentos e veículos	(15.420)	(13.245)
Verba de fiscalização e segurança no trânsito	(9.166)	(8.444)
Seguros	(4.122)	(3.728)
Baixa de ativo Intangível	-	(2.525)
Depreciação e amortização	(150.609)	(142.158)
Amortização Arrendamento	(664)	(556)
Outros gastos operação	(4.170)	(3.400)
	(242.092)	(226.902)
Custos de monitoramento		
Serviços de terceiros	(1.158)	(644)
Custos de construção		
Custos dos serviços de construção	(32.758)	(144.866)
Total	(335.023)	(425.085)

- (i) Referem-se basicamente a materiais e serviços de limpeza e reparo da rodovia;
- (ii) Referem-se basicamente a serviços de vigilância, atendimento pré-hospitalar, guincho, transporte de valores e de colaboradores da rodovia;
- (iii) Redução em linha com a receita de construção do período, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, Item iv.

VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2022	2021
Despesas com pessoal	(18.156)	(18.331)
Serviços de terceiros (i)	(27.000)	(22.353)
Depreciação e amortização	(1.000)	(1.042)
Propaganda e publicidade	(2.063)	(2.372)
Material, equipamentos e veículos	(879)	(849)
Arrendamentos e aluguéis	(738)	(643)
Gastos com viagens	(1.007)	(473)
Energia, telefone e correspondências	(113)	(125)
Associação de classe	(281)	(277)
Editais e publicações	(75)	(286)
Contingências (iii)	6.703	(827)
Contribuição patronal	(12)	(11)
Impostos, Taxas e Cartório (II)	(3.494)	(2.987)
Outras despesas gerais e administrativas	(8.839)	(3.695)
	<u>(56.954)</u>	<u>(54.271)</u>

(i) Referem-se basicamente a serviços de consultoria jurídica e comunicação social;

(ii) No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos 3 processos da ANTT AI 5024/5028/15594 com valor nominal de R\$ 3.178.

(iii) Refere-se a reversão da provisão do processo judicial da Terrabras, finalizado em maio de 2022.

20. Resultado financeiro

Descrição	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(38.988)	(40.198)
Variação cambial, passiva líquida	-	-
AVP sobre provisão para investimentos e manutenção	(21.610)	(24.200)
Apropriação dos custos de transação	(486)	(674)
AVP sobre arrendamento	(154)	70
Multas e juros de mora parcelamento	(1.211)	(1.103)
Outras	(8.701)	(4.057)
Receitas financeiras	(71.150)	(70.162)
Rendimentos de aplicação financeira	4.835	2.408
Variação cambial ativa	-	1.027
Outras receitas	506	870
	<u>5.341</u>	<u>4.305</u>
	<u>(65.809)</u>	<u>(65.857)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada como segue:

Descrição	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(90.608)	(71.953)
Alíquota Vigente	34%	34%
Benefício do IR e CS à alíquota fiscal nominal	30.807	24.462
Incentivos Fiscais		
(-) Incentivos PAT	-	-
(-) Incentivos SUDENE	-	-
Adições/(exclusões) permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(15.260)	(625)
Outras, Líquidas	4.715	(2.783)
IR e CS apresentados no resultado	20.262	21.056

A composição do montante de imposto de renda e contribuição social referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontra-se a seguir:

Descrição	2022	2021
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes:		
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:		
Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	20.262	21.056
IR e CS apresentados na demonstração do resultado	20.262	21.056

22. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo:

Descrição	2022	2021
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(70.346)	(50.897)
Média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	828.812	635.121
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,08)	(0,08)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

23. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios

A movimentação das provisões e dos depósitos judiciais é como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Total	
Saldos em 31 de dezembro 2020	830	8.290	9.120	
Constituição	694	133	827	
Atualização monetária	2	-	2	
Saldos em 31 de dezembro 2021	<u>1.526</u>	<u>8.423</u>	<u>9.949</u>	
Circulante	694	6.958	7.652	
Não circulante	832	1.465	2.297	
	Trabalhistas	Cíveis	Total	
Saldos em 31 de dezembro 2021	1.526	8.423	9.949	
Constituição	255	-	255	
Baixa	-	(6.958)	(6.958)	
Atualização monetária	134	-	134	
Saldos em 31 de dezembro 2022	<u>1.915</u>	<u>1.465</u>	<u>3.380</u>	
Circulante	886	-	886	
Não circulante	1.029	1.465	2.494	
	Depósitos judiciais			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributário	Total
Saldos em 31 de dezembro 2021	981	12	2.550	3.543
Adições	226	-	645	871
Saldos em 31 de dezembro 2022	<u>1.207</u>	<u>12</u>	<u>3.195</u>	<u>4.414</u>

A Companhia é ré em processos de natureza cível e trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, classificados como de probabilidade de perda provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e para os quais mantém provisão constituída em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 3.380 (R\$ 9.949 em 31 de dezembro 2021);

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, classificados como de probabilidade de perda possível por seus advogados, no montante estimado de R\$ 227.223 (R\$ 226.237 em 31 de dezembro de 2021), não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. As principais causas em que a Companhia está envolvida se referem a ações indenizatórias por acidentes na rodovia.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 339 (269 em 31 de dezembro de 2021) autos e notificações da ANTT referentes à aplicação de penalidades, no montante total atualizado de R\$ 727.230 (R\$ 548.990 em 31 de dezembro de 2021) decorrente de processos em andamento na esfera administrativa, cujo pedido de nulidade por parte da Companhia ainda não foi julgado ou foi julgado improcedente no âmbito da Superintendência daquela Agência Reguladora, podendo resultar ou não na aplicação de multas. As penalidades impostas pela ANTT referem-se basicamente a:

- (a) Não atendimento aos Termos de Registo de Ocorrência - TRO dentro dos prazos estabelecidos no Programa de Exploração Rodoviária ("PER");
- (b) Liberação do tráfego sem a adequada sinalização horizontal provisória ou definitiva;
- (c) Não atendimento aos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER;
- (d) Não entrega da documentação relativa aos projetos dentro do prazo estabelecido pelo órgão regulador.

A Companhia protocolou pedidos de revisão à Diretoria da ANTT ou ingressou com ações judiciais, nos quais solicita a reforma da decisão proferida pela Superintendência e o arquivamento dos processos, sem qualquer aplicação de penalidade.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos a probabilidade de perda para a Companhia nos processos discutidos administrativa e judicialmente é avaliada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Até 31 de dezembro 2022, foram arquivados e deferidos em favor da Companhia 65 processos (65 em 31 de dezembro de 2021), no montante total de R\$ 55.398 (R\$ 55.398 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da Companhia, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, está discutindo com a ANTT a Revisão Quinquenal do Contrato de Concessão que inclui também os autos e notificações referentes a aplicação de penalidades pelo não atendimento dos parâmetros de desempenho e prazos previstos no PER e não espera incorrer em perdas relevantes como resultado desta revisão.

Desde 2017 temos um auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados, nos anos de 2012 a 2013, para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$ 21.410.

Em fevereiro de 2023, a Viabahia tomou conhecimento sobre decisão liminar proferida suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, sob condição suspensiva de atualização da garantia ofertada, em ação autônoma que os demais responsáveis tributários propuseram em face da Receita Federal. Os Assessores Jurídicos Externos da VIABAHIA entendem que os efeitos dessa decisão se aplicam à VIABAHIA.

A Companhia está atendendo a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos) e, baseada na posição dos seus Assessores Jurídicos, estima como "possível" a probabilidade de perda. Portanto, nenhuma provisão foi constituída.

24. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 7,5% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia e as intervenções ocorrerão a partir de 2026.

Os saldos da provisão para manutenção estão distribuídos como segue.

Descrição	31/12/2021	Adição	31/12/2022
Provisão para manutenção	9.349	6.932	16.281
Encargos financeiros (i)	635	1.010	1.645
	<u>9.984</u>	<u>7.942</u>	<u>17.926</u>

(i) Refere-se à recomposição do passivo ajustado a valor presente

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras de liquidez imediata e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, por meio de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de "benchmark" de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na Nota Explicativa nº 1.1.

d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e de flutuações das taxas de câmbio para suas operações de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10), dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e variações da TJLP e flutuações das taxas de câmbio para seus empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade dos saldos em aberto considerando um horizonte de um ano e aumentos de 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	(26.635)	(33.294)	(39.953)
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	11.893	8.920	5.946

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados podem ser observados como segue:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável (I)</u>	<u>Cenário Provável (II)</u>	<u>Cenário Provável (III)</u>
Empréstimos e financ. Nacional	Alta da TJLP	7,20%	9,00	10,80%
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	13,75%	10,31%	6,88%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

g) Instrumentos financeiros

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas de caixa e equivalente de caixa estão próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI e TJLP e flutuações das taxas de câmbio.

O quadro a seguir apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 38 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Descrição	Classificação Inicial pelo CPC 38	Saldo em 31/12/2022	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	22.650	Custo amortizado
Passivos financeiros			
Empréstimos e fin. Nacional	Valor justo por meio de resultado	369.931	Custo amortizado
Fornecedores	Valor justo por meio de resultado	55.221	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Valor justo por meio de resultado	16.214	Custo amortizado

h) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, obter capital dos acionistas ou, ainda ou emitir novas ações por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira de longo prazo. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Com base na análise do índice de alavancagem, a Companhia reavalia a política de pagamento de dividendos e/ou de captação de recursos para se ajustar novamente aos níveis de alavancagem desejados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, pode ser assim sumariado:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10)	331.264	444.898
Total dos valores a pagar a ANTT (Nota Explicativa nº 12)	25.078	28.185
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3)	(22.650)	(20.089)
Menos: Aplicação Financeira Longo Prazo	-	(400)
Dívida Líquida	333.692	452.594
Total do patrimônio líquido	659.325	640.778
	0,51	0,71

26. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de maneira regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional de concessão pública de rodovias.

27. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2022, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Riscos cobertos	Bens segurados	Montante cobertura	Vencimento
Riscos de engenharia	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	113.585	Setembro/23
Riscos nomeados e operacionais	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	153.964	Setembro/23
Riscos nomeados	Equipamentos rodoviários	640	Maió/23
Garantia de execução da obra	Edificações, máquinas e equipamentos, Infraestrutura e execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008	155.748	Outubro/24
Responsabilidade civil	Administradores da Companhia	30.000	Abril/23
Responsabilidade civil geral	Reparações danos materiais e/ou corpóreos	22.500	Setembro/23

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- Risco de engenharia / nomeados e operacionais: cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão;
- Garantia de execução da obra: seguro o qual a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações;
- Seguro de responsabilidade civil geral: cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão;
- Seguro de responsabilidade civil administradores: cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da Administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente.

28. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus Assessores Jurídicos Internos e externos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus Assessores Jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.